

# BALANÇO DAS FINANÇAS PÚBLICAS 2013



PREFEITURA  
PORTO  
ALEGRE



## COMPROMISSOS COM A CIDADE

O ano de 2013 caracterizou-se como um período de conquistas e avanços para nossa Porto Alegre, apesar das reconhecidas adversidades que também marcaram essa etapa da vida da cidade. As dificuldades decorreram do baixo crescimento da economia, que afetou todas as instâncias de governo, mas mais fortemente os municípios que são os maiores responsáveis pela oferta de serviços básicos aos cidadãos.

Porto Alegre não está fora dessa conjuntura e também se ressentiu dos fatores que impactaram negativamente os orçamentos municipais. Mesmo assim, empreendemos esforços permanentes para qualificar os processos de ampliação da receita e de racionalização das despesas para, dessa forma, garantir os investimentos em obras e serviços que a população necessita, especialmente na área social. Tanto assim que novamente a Prefeitura de Porto Alegre orgulha-se de manter bem acima dos percentuais constitucionais os gastos com Saúde e Educação, além de atingir quatro vezes mais o total de recursos destinados à Assistência Social. De outra parte, um conjunto de obras em execução vai contribuir substancialmente para melhorias estruturais na cidade.

Nesse contexto, os contratos de gestão que implantamos em 2013, mais do que formalizar ações e metas a serem atingidas por todas as secretarias, autarquias e empresas municipais constituíram-se em compromissos que assumimos com a cidade para buscar a

“

**Assim, reafirmamos nosso entendimento de que qualificar a gestão é o primeiro passo para oferecer mais e melhores resultados aos cidadãos.”**

melhoria contínua nos serviços prestados. Assim, reafirmamos nosso entendimento de que qualificar a gestão é o primeiro passo para oferecer mais e melhores resultados aos cidadãos.

Com o claro desafio de planejar uma cidade com mais qualidade de vida, registramos neste Balanço, com a transparência que já é reconhecida nacionalmente, a movimentação das finanças municipais, que demonstram o rigor com que tratamos o recurso público, ao mesmo tempo em que lançamos um olhar para o futuro na certeza de que nos orgulharemos das decisões que tomamos e das sementes que lançamos por uma Porto Alegre melhor para todos.

**José Fortunati**  
Prefeito de Porto Alegre

# ORGÃOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Integram o Balanço Consolidado os poderes Legislativo e Executivo municipais. Neste último estão incluídos os seguintes órgãos:

## Administração Direta:

- Gabinete do Prefeito
- Procuradoria-Geral do Município - PGM
- Departamento de Esgotos Pluviais - DEP
- Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer - SME
- Secretaria Municipal de Segurança - SMSEG
- Secretaria Municipal de Direitos Humanos - SMDH
- Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Orçamento - SMPEO
- Secretaria Municipal da Cultura - SMC
- Secretaria Municipal da Administração - SMA
- Secretaria Municipal da Fazenda - SMF
- Secretaria Municipal de Obras e Viação - SMOV
- Secretaria Municipal da Educação - SMED
- Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio - SMIC
- Secretaria Municipal dos Transportes - SMT
- Secretaria Municipal da Saúde - SMS
- Secretaria Municipal de Urbanismo - SMURB
- Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SMAM
- Secretaria Municipal de Governança Local - SMGL
- Secretaria Municipal da Juventude - SMJ
- Secretaria Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social - SMACIS
- Secretaria Municipal de Turismo - SMTUR
- Secretaria Extraordinária da Copa de 2014 - SECOPA
- Secretaria Especial dos Direitos Animais - SEDA
- Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego - SMTE

## Administração Indireta:

- Departamento Municipal de Habitação - DEMHAB
- Departamento Municipal de Água e Esgotos - DMAE
- Departamento Municipal de Limpeza Urbana - DMLU
- Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC
- Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre - PREVIMPA

## NOTA

Embora não integrem o Balanço Consolidado, por estarem sujeitas a regulamentos próprios, é importante mencionar três empresas sob controle do município que também executam políticas públicas:

- Empresa Pública de Transporte e Circulação - EPTC
- Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - PROCEMPA
- Companhia Carris Porto-Alegrense

## Investimentos garantem melhorias em áreas prioritárias

O desempenho financeiro do município de Porto Alegre em 2013 ficou dentro do esperado. Apesar do quadro econômico desfavorável, as ferramentas de gestão têm garantido os recursos para que o Executivo siga investindo em áreas prioritárias como educação e saúde, acima do percentual exigido pela Constituição, e em obras de mobilidade urbana que trarão benefícios permanentes à cidade.

Os gastos das receitas próprias e transferências do Município com saúde foram de R\$ 537,1 milhões ou 21,42%, enquanto o percentual constitucional é de 15%. Já na educação foram aplicados R\$ 715,8 milhões ou 28,46%, sendo que a Constituição determina 25%.

Considerando os valores de 2012 corrigidos pelo IPCA, a Prefeitura de Porto Alegre fechou o ano mantendo o desempenho da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e Taxa de Coleta de Lixo. Foram contabilizados R\$ 299,8 milhões, uma leve retração de 0,03% sobre o consolidado de 2012, devido a mudança do critério de contabilização e parte dessas receitas passarem para a dívida ativa.

As receitas realizadas foram de R\$ 4,7 bilhões, um aumento de 2,08% em relação a 2012, quando foram obtidos R\$ 4,6 bilhões. A evolução das receitas foi sustentada principalmente pelos impostos municipais como o ISS e ITBI, e pelas transferências do ICMS. O ISS teve crescimento de 4,21% (R\$ 675,5 milhões); o ITBI teve aumento de 3,98% (R\$ 236,4 milhões) e as Transferências de ICMS, 4,56% (R\$ 635 milhões), na comparação com o mesmo período de 2012. As despesas tiveram um crescimento de 3,89%, puxadas principalmente pelas inversões financeiras.

“

Os gastos das receitas próprias e transferências do Município com saúde foram de R\$ 537,1 milhões. Na educação foram aplicados R\$ 715,8 milhões.

Mesmo diante de um cenário econômico nacional adverso, que tem afetado os municípios, o Executivo mantém projetos e ações que ampliem a arrecadação sem que haja aumento de tributos. O objetivo é seguir investindo em áreas prioritárias e, por meio da conclusão de programas como a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e a modernização da base de dados urbanos, garantir mais recursos para melhoria dos serviços prestados aos cidadãos.

**Roberto Bertoncini**

Secretário da Fazenda de Porto Alegre





# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	03
PRESTAÇÃO DE CONTAS .....	08
- Porto Alegre aumenta o índice de transparência.....	10
- Resultado Orçamentário .....	12
Receitas .....	14
Despesas .....	15
- Origem dos Recursos .....	16
- Receitas Correntes .....	18
Evolução das Receitas Próprias - Tributárias .....	19
Modernização da Administração Tributária .....	20
Aerolevante Moderniza Base de Dados Urbanos .....	22
Evolução das Demais Receitas Próprias .....	23
Evolução das Receitas de Terceiros .....	24
Principais Transferências .....	25
Receitas de Capital .....	27
- Destinação de Recursos .....	28
- Investimentos .....	30
- Despesas por Função de Governo .....	32
- Síntese de Origens e Comprometimento de Recursos do Exercício de 2013 .....	34
Evolução da Situação Líquida Financeira .....	36
Evolução da Situação Líquida Permanente .....	36
Evolução do Saldo Patrimonial .....	36
Resultado Patrimonial .....	37
GESTÃO FISCAL .....	38
- Receita Corrente Líquida .....	39
- Despesas com Pessoal .....	40
Poder Executivo .....	40
Poder Legislativo .....	41
- Saúde .....	42
- Ensino .....	43
- Dívida Consolidada Líquida .....	44
- Resultado Nominal .....	45
- Resultado Primário .....	45
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	46
GLOSSÁRIO .....	52
- Siglas .....	53
- Conceitos .....	53

# PRESTAÇÃO DE CONTAS

## COMPROMISSO COM A GESTÃO DA CIDADE

A Prefeitura de Porto Alegre vem realizando esforços para qualificar cada vez mais o gasto público, ao mesmo tempo em que amplia os investimentos em obras e serviços essenciais à população. O incremento da arrecadação sem aumento de impostos e a correta aplicação dos recursos são ações colocadas em prática pelo Executivo e expressam as prioridades que norteiam a administração municipal, voltadas para as áreas social e de infraestrutura urbana.

A presente prestação de contas é um compromisso do Executivo com a transparência da gestão pública, que assegura com recursos próprios e transferências a melhoria dos serviços prestados e o aumento ano a ano dos recursos destinados à saúde, que em 2013 foram na ordem de R\$ 537,1 milhões e à educação, que ficou em R\$ 715,8 milhões, investimentos acima dos índices constitucionais.

As várias obras nas áreas de mobilidade urbana, saneamento e moradia também foram contempladas e estão modernizando a cidade. Os investimentos foram de R\$ 383.897

milhões, sendo que em urbanismo foram R\$ 85 milhões; saneamento R\$ 122 milhões; habitação R\$ 61 milhões; administração R\$ 57 milhões; transporte R\$ 15 milhões; educação R\$ 15 milhões (MDE R\$ 716 milhões) e outros R\$ 28 milhões.

Diante do número expressivo de investimentos com recursos próprios que o Município vem realizando em obras de mobilidade urbana, sem descuidar dos serviços essenciais, e ainda, devido às inversões financeiras, o resultado orçamentário ficou deficitário em R\$ 149,1 milhões. Valores que serão buscados ao longo de 2014 por meio do ressarcimento dos adiantamentos feitos pelo município para custear as obras da Copa, e também com a conclusão de programas como a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e o aerolevanteamento. Soluções inovadoras que irão permitir elevados índices de produtividade.

Ao apresentar o Balanço Geral do Município de Porto Alegre de 2013, elaborado pela a Secretaria Municipal da Fazenda dentro das determinações da lei orgânica de Porto Alegre

“

O incremento da arrecadação sem aumento de impostos e a correta aplicação dos recursos são ações colocadas em prática pelo Executivo e expressam as prioridades que norteiam a administração municipal.

e das normas que regem o tema, a Prefeitura divide com a sociedade os esforços que vêm sendo realizados para garantir os serviços que a população necessita e os investimentos que a cidade exige.

Os dados têm como fonte os sistemas de Contabilidade (CTB), Controle de Arrecadação Municipal (CAM) e Despesa Orçamentária (SDO).



Anselmo Cunha / PMPA

# PORTO ALEGRE AUMENTA O ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA EM 2013

A fim de estimular a participação da sociedade na gestão pública, a Prefeitura de Porto Alegre mantém um constante monitoramento e aperfeiçoamento do seu Portal Transparência.

De acordo com avaliação do Instituto Ethos, entidade que avalia os portais de transparência de órgãos públicos, em 2013, com o aumento de 21,90 pontos em relação a 2012, atingiu-se a marca de 71,82 pontos no ranking do Instituto, sendo que Porto Alegre é uma das três cidades-sede da Copa 2014 que tiveram o nível de transparência com conceito "Alto", juntamente com Brasília e Belo Horizonte.



Ivo Gonçalves / PMPA

O resultado deste trabalho comprova o incremento na disponibilização espontânea de informações por parte da Prefeitura (transparência ativa), o que, em consequência, reflete na redução no número de pedidos de informações por parte da sociedade (transparência passiva), que encontra no Portal Transparência uma grande quantidade de dados e documentos dos mais variados assuntos. Desde o seu lançamento, em 2010, o Portal Transparência de Porto Alegre já registrou cerca de 740 mil acessos das mais variadas cidades do Brasil e também de outros países. Com a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), novas ações e instrumentos de controle social foram disponibilizados. Em maio de 2012 foi criado o Serviço de Informações ao Cidadão, sendo Porto Alegre uma das cidades pioneiras na implantação do SIC, antes mesmo do prazo determinado pela legislação. Com o SIC, a Prefeitura amplia o acesso às informações sobre a gestão pública, possibilitando ao cidadão acionar a administração e solicitar dados não disponíveis no Portal Transparência. Os atendimentos podem ser feitos pela internet, pelo telefone

156, ou ainda da forma presencial, por meio da Sala da Transparência, onde o cidadão tem atendimento personalizado. Até dezembro de 2013, o SIC contabilizou 1372 pedidos de informações, estando cerca de 90% atendidos e o restante em análise.



Foto: Reprodução

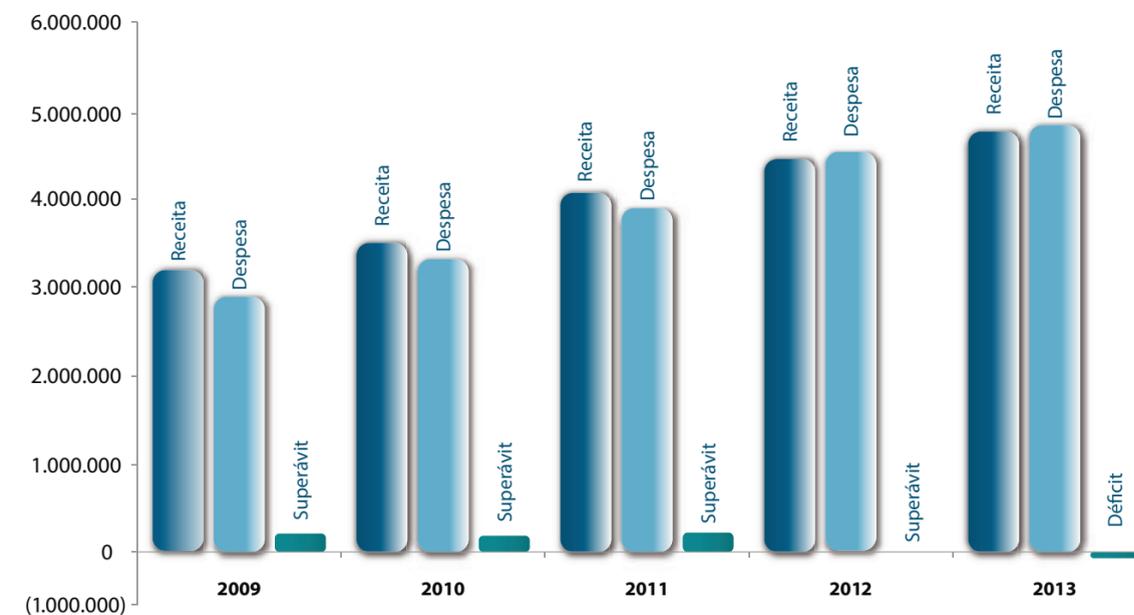
# RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O orçamento da Prefeitura para 2013, proposto pelo Executivo e aprovado pela Câmara Municipal, foi de R\$ 5,342 bilhões. A receita arrecadada chegou a R\$ 4,707 bilhões, o que representa a execução de 88,11% da previsão orçamentária. Diante de um cenário econômico instável, a Prefeitura encerrou o exercício com resultado negativo nas contas.

A diferença entre a receita total e a despesa empenhada gerou um déficit orçamentário de R\$ 149 milhões. Influenciaram o resultado os aumentos nominais de 410,90% nas Inversões Financeira, de 9,27% nas despesas correntes, a redução do repasse do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) da ordem de 4,79% em comparação com 2012, e a antecipação de recursos próprios para pagamentos das obras de mobilidade urbana.

Ocorreu ainda, aumento de 9,45% na receita dos tributos municipais (ISS, IPTU e ITBI), em relação ao exercício anterior.

Na sequência, os diagramas apresentam a composição das receitas e das despesas por categoria econômica, com os respectivos valores referentes ao exercício financeiro de 2013.

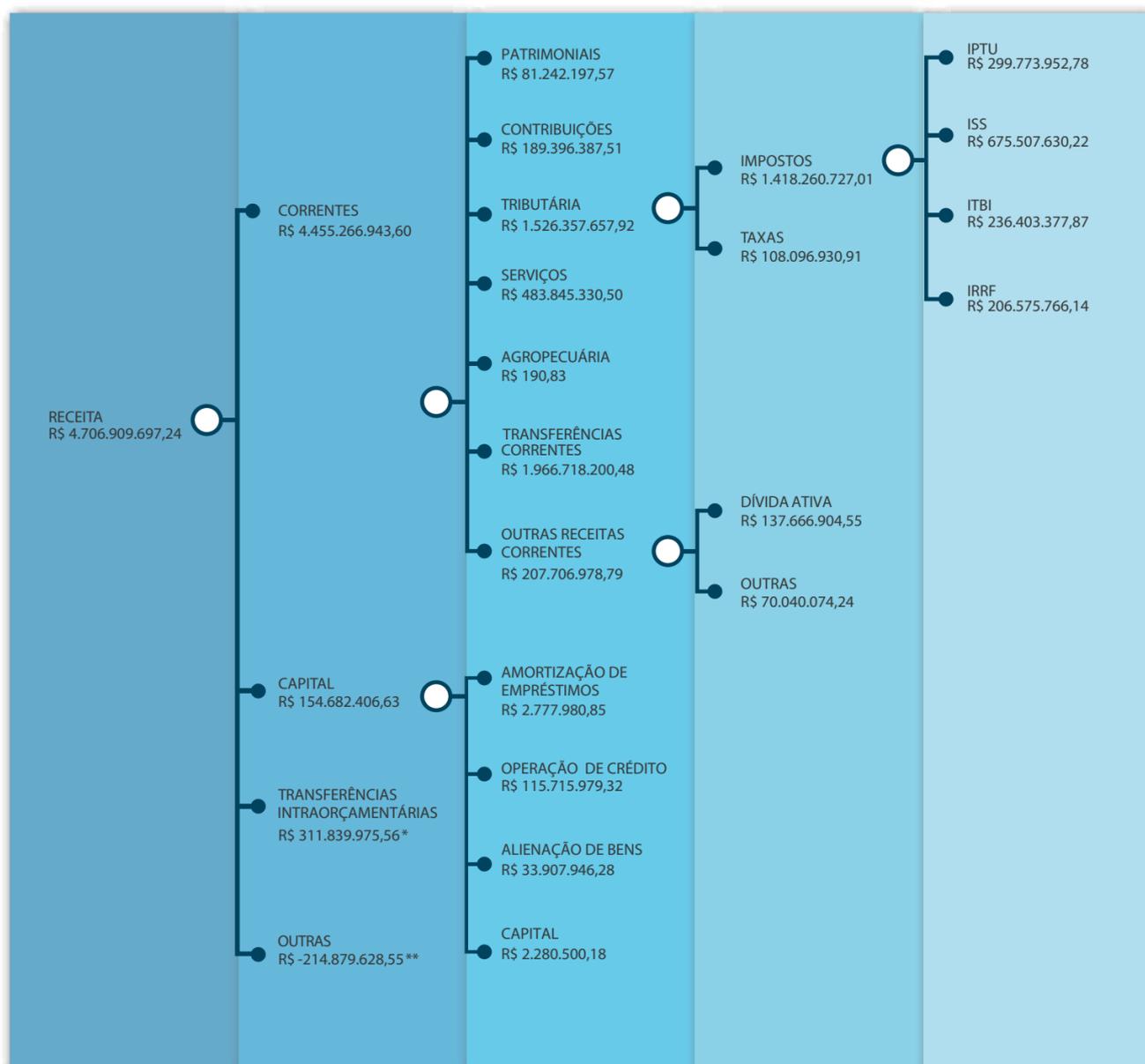


Valores Nominais (em mil R\$)	2009	2010	2011	2012	2013
Receita	3.122.662	3.522.272	4.131.147	4.342.727	4.706.909
Despesas	2.969.869	3.378.386	3.837.765	4.402.255	4.856.089
Superávit/Déficit	152.793	143.886	293.382	-59.528	-149.179

Valores Corrigidos (em mil R\$)	2009	2010	2011	2012	2013
Receita	3.914.257	4.203.479	4.623.167	4.610.890	4.706.909
Despesas	3.722.731	4.031.766	4.294.843	4.674.094	4.856.089
Superávit/Déficit	191.526	171.714	328.324	-63.204	-149.179

Atualizado pelo IPCA médio

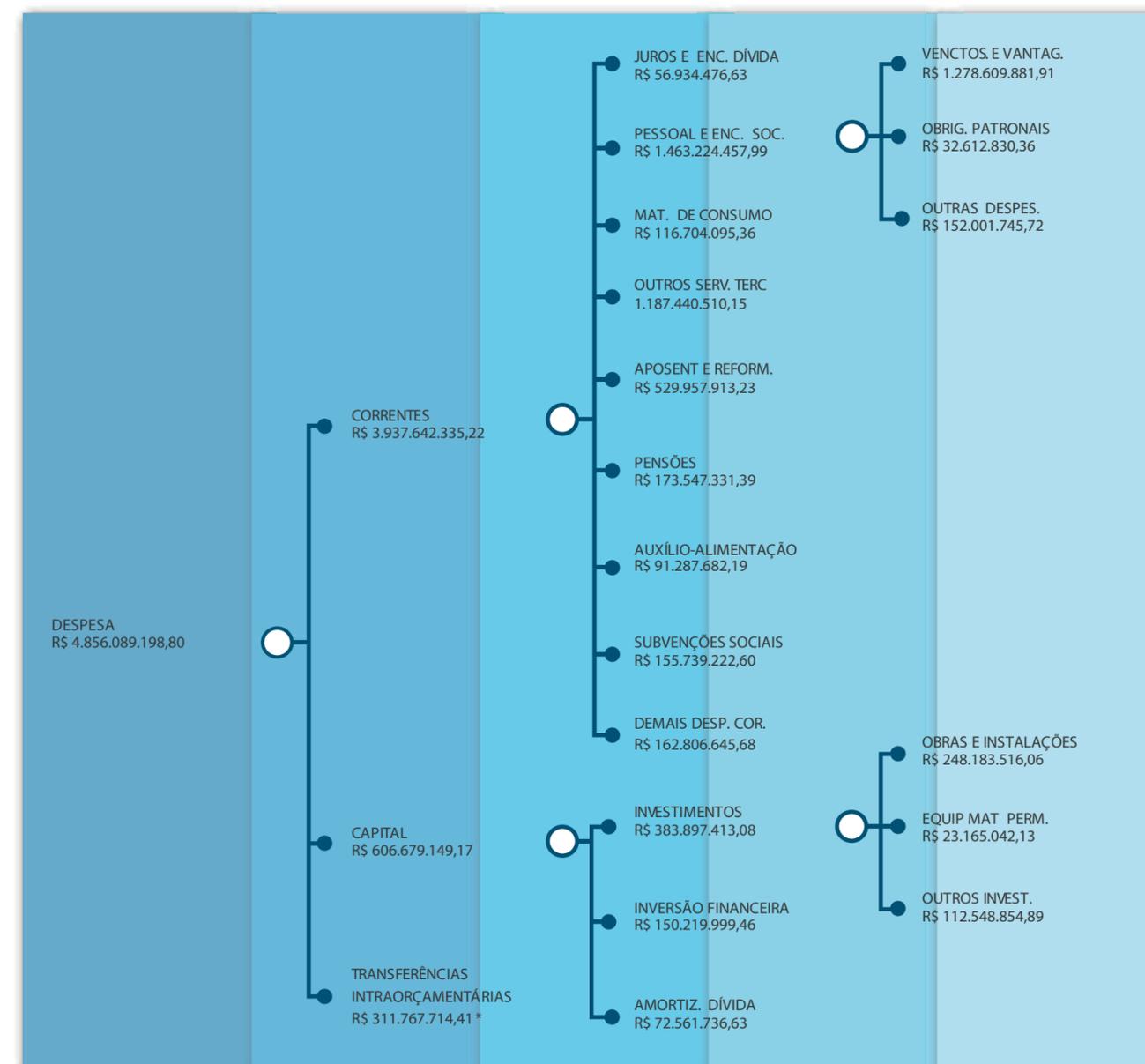
## RECEITAS EM 2013



### NOTA

\*\* Inclui a receita entre entes do governo relativo à Contribuições Patronais R\$ 311.781.782,09; Receitas Diversas R\$ 58.193,47.  
\*\* Refere-se a transferências para o Fundeb e outras deduções.

## DESPESAS EM 2013



### NOTA

\* Inclui as despesas entre entes do governo relativas à Contribuições Patronais R\$ 308.850.801,43; Serviços R\$ 63.187,75 e Despesa de Amortização R\$ 2.853.725,23.

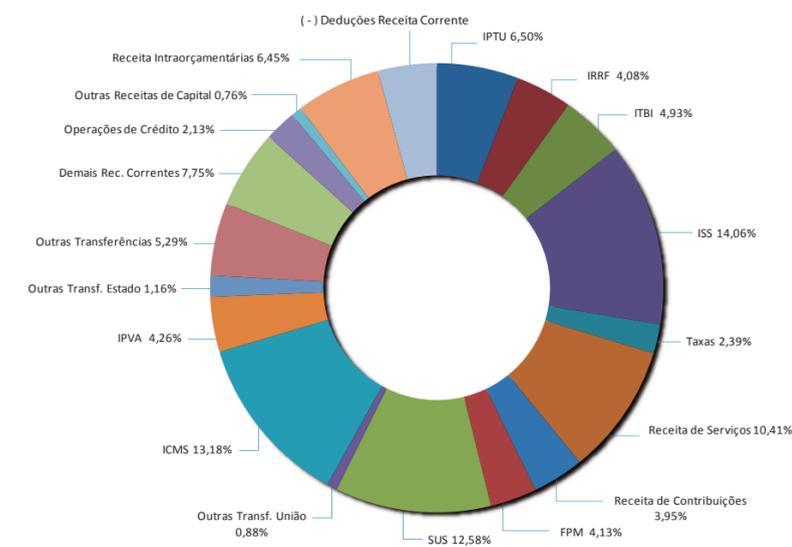
# ORIGEM DOS RECURSOS

A receita total da Prefeitura cresceu nominalmente 8,39% em 2013, na comparação com 2012.

Em nível de participação segregada, somente a arrecadação das receitas tributárias (ISS, IPTU, ITBI, IRRF e Taxas) foi responsável por 32,43 % da receita total, acompanhada pelas transferências do Estado e da União que contribuíram, 19,49% e 16,58%, respectivamente, com o montante da receita no exercício de 2013.

Os quadros e gráficos apresentam como é a composição da receita, e os próximos itens apresentam a sua evolução nos exercícios de 2009 a 2013.

## COMPOSIÇÃO DA RECEITA TOTAL - 2013



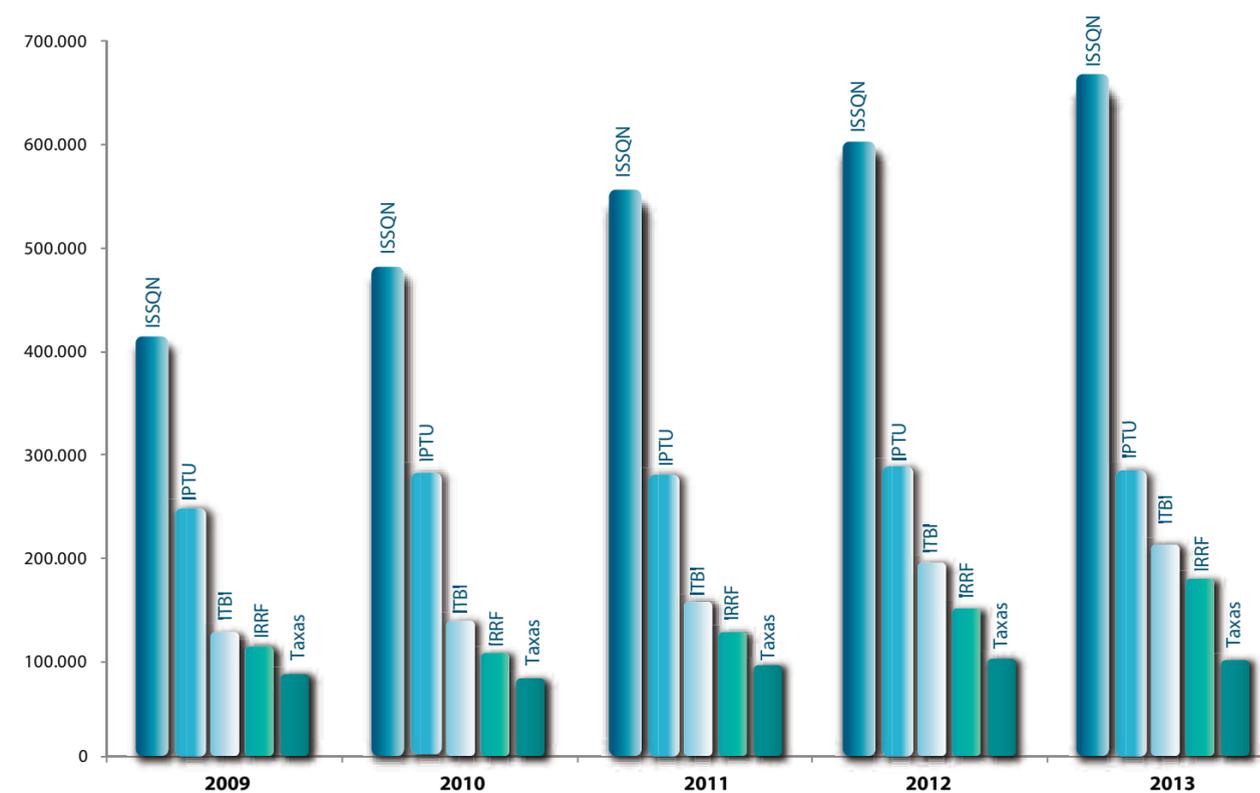
RECEITAS ARRECADADAS (em mil R\$)	(PARTICIPAÇÃO SOBRE RECEITA TOTAL)	
	2013	Participação %
<b>Receita Corrente</b>	<b>4.455.266</b>	<b>94,65</b>
Receitas Tributárias:	1.526.358	32,43
IPTU	299.774	6,37
IRRF	206.576	4,39
ITBI	236.403	5,02
ISS	675.508	14,35
Taxas	108.097	2,30
Receita de Serviços	483.845	10,28
Receita de Contribuições	189.396	4,02
Transferências Correntes:	1.966.718	41,78
Transferência da União	780.638	16,58
FPM	170.664	3,63
SUS	572.145	12,16
Outras Transf. União	37.829	0,80
Transferência do Estado	917.426	19,49
ICMS	635.471	13,50
IPVA	203.727	4,33
Outras Transf. Estado	78.228	1,66
Outras Transferências	268.655	5,71
Demais Rec. Correntes	288.949	6,14
<b>Receita de Capital</b>	<b>154.682</b>	<b>3,29</b>
Operações de Crédito	115.716	2,46
Outras Receitas de Capital	38.966	0,83
<b>Receitas Intraorçamentárias</b>	<b>311.840</b>	<b>6,63</b>
<b>(-) Deduções da Receita Corrente</b>	<b>-214.879</b>	<b>-4,57</b>
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>4.706.909</b>	<b>100%</b>

# RECEITAS CORRENTES

As receitas tributárias tiveram um incremento nominal em 2013 de 9,97% em relação ao ano anterior. Porém, em termos reais, considerando o IPCA médio de 6,17% houve uma variação positiva de 3,58% em 2013 em relação a 2012.



## EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS - TRIBUTÁRIAS



Valores Nominais (em mil R\$)	2009	2010	2011	2012	2013
ISSQN	414.288	486.788	556.058	610.512	675.507
IPTU	243.203	276.018	287.061	282.418	299.774
ITBI	131.878	153.719	188.668	214.123	236.403
IRRF	105.365	126.379	151.365	177.194	206.575
Taxas	81.120	91.288	99.610	103.686	108.097

Valores Corrigidos (em mil R\$)	2009	2010	2011	2012	2013
ISSQN	519.310	580.933	622.285	648.211	675.507
IPTU	304.855	329.400	321.250	299.857	299.774
ITBI	165.309	183.448	211.138	227.345	236.403
IRRF	132.075	150.821	169.393	188.136	206.575
Taxas	101.684	108.943	111.474	110.089	108.097

Atualizado pelo IPCA médio

## MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

A Secretaria Municipal da Fazenda segue investindo na modernização da administração tributária do município. As ações ampliam o trabalho das equipes de arrecadação e fiscalização, e permitem manter a política de incentivos fiscais que estimula o desenvolvimento da economia, a geração de empregos e a melhor prestação de serviços.

**Fiscalização** – Houve o incremento do corpo técnico da administração tributária, com a convocação de 20 agentes fiscais aprovados em concurso público, o que já gerou impactos de relevância em termos de arrecadação e no desenvolvimento dos projetos de modernização. No ISSQN já foram lançados mais de R\$ 48 milhões, com a regularização de mais de 80 contribuintes mediante o pagamento à vista ou parcelamento do tributo. Ações específicas de fiscalização em setores como instituições financeiras, estacionamentos e de diversões públicas foram reforçadas. Foram intensificados os trabalhos dedicados ao monitoramento e fiscalização do Simples Nacional, com receitas que representam hoje 11% de toda a arrecadação de ISSQN no município. Já na tributação imobiliária (IPTU, TCL e ITBI), houve o lançamento de mais de R\$ 15 milhões, bem como a solução de mais de 2.100 processos administrativos.

**Economia em indenizações** – A Prefeitura de Porto Alegre economizou R\$ 20 milhões em indenizações que seriam pagas aos proprietários de imóveis atingidos pelas obras de infraestrutura na cidade. A economia se deve à utilização de pagamento pela modalidade de Transferência de Potencial Construtivo (TPC) em vez do valor em dinheiro. Esse tipo de indenização também permite que o

processo seja mais ágil, sem a ocorrência de ações judiciais. Quando o processo se dá de forma judicializada, o custo com ações pode ser 30% maior para o município.

**Loja de Atendimento** – Para acolher o incremento da demanda pelo serviço remoto foi realizada a expansão da área física do Atendimento Eletrônico, bem como a realocação de servidores para o atendimento por telefone. Também foram disponibilizados o resultado dos serviços de inscrição de ISSQN, alteração de ISSQN e averbação de IPTU na internet, além de certidões de cadastro de IPTU e acompanhamento da tramitação de todos os serviços protocolados, o que trouxe mais comodidade aos contribuintes que não mais precisam retornar à Loja de Atendimento.

**Pregão Eletrônico** – O pregão, como ferramenta de agilidade, transparência e economia na aquisição de bens e serviços, gerou uma economia na ordem de R\$ 12.329.588,00, sendo utilizada em 99,5% do total de licitações feitas no ano. Entre as diversas licitações, destacam-se as de limpeza urbana, merenda escolar, medicamentos, compra de usinas de asfalto para Smov e caldeiras para o Hospital Presidente Vargas.

**Reaproveitamento de bens** – O reaproveitamento de bens móveis realizado por meio da Área de Compras e Serviços gerou uma economia de R\$ 687 mil aos cofres públicos.

**Controladoria-Geral do Município** – O aperfeiçoamento dos instrumentos de controle da gestão, como a instalação da Controladoria-Geral do Município (CGM) e de suas seccionais tem contribuído para modernizar os processos internos. As principais funções da Controladoria são a análise da despesa pública, realização de auditorias e a consolidação de demonstrações contábeis e relatórios de gestão fiscal, além do fornecimento de informações gerenciais para apoio aos gestores. Até o momento já foram instaladas 11 seccionais da CGM em diversas secretarias e órgãos municipais.

**Nota Fiscal de Serviços Eletrônica** – A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, que está em fase de implantação, tem projeção de incremento na arrecadação de ISSQN em mais de R\$ 60 milhões. Para a Administração Tributária, este instrumento irá resultar na melhoria do controle fiscal, com redução da sonegação e aumento de arrecadação sem impactos na carga tributária.

**Aerolevamento** – Teve continuidade em 2013 e dentre as etapas finalizadas ao longo do ano estão os modelos digitais que representam tridimensionalmente o relevo da cidade, bem como a etapa de restituição aerofotogramétrica que já está 98% concluída. Também houve a conclusão das ortofotos e início da geocodificação fiscal.

**Compartilhamento de dados** – De um total de 10.666 registros imobiliários, em 2013 foram lançados 3.410 no mapa georreferenciamento. Quando o lançamento estiver completo, estimado para 2015, a base de dados da cidade poderá ser compartilhada com diversos órgãos municipais, agilizando informações e tomada de decisões.

**Cadastro de documentos em recuperação** – Dois milhões de documentos do Cadastro Imobiliário de Porto Alegre já foram triados pela Secretaria Municipal da Fazenda e, destes, mais de um milhão foram digitalizados pela Procempa. Os documentos estavam arquivados desde o ano de 1957 na SMF e contêm informações como matrículas de imóveis, localização, fotografias, plantas, pareceres fiscais e outros dados relativos ao IPTU.

Com a mudança, haverá melhoria do atendimento ao contribuinte, maior segurança no armazenamento dos documentos cadastrais, viabilidade de consultas simultâneas por inúmeros usuários, entre outros benefícios.

### Incentivos Fiscais

Em 2013, a Prefeitura manteve diversos incentivos fiscais, beneficiando diretamente, com isenções e reduções de alíquota, a população de baixa renda e os setores da economia que geram emprego. Tais incentivos foram definidos criteriosamente, em discussão com os setores envolvidos, de forma a criar oportunidade de crescimento da prestação de serviço, ampliar vagas de trabalho e viabilizar projetos e investimentos importantes para a população de Porto Alegre.

### Gráficas e beneficiamento

Em 2013, foi mantida por mais um ano a redução de alíquota dos dois setores (de 5% para 2,5%). Objetiva-se impulsionar as atividades desse setor econômico, a fim de que se restabeleça o nível de arrecadação anterior.

### Ônibus

Em julho de 2013, o serviço público de transporte coletivo por ônibus passou a receber isenção de ISS, benefício que valerá até 31 de dezembro de 2016.

### Parcelamento do ITBI

Em fevereiro de 2013, foi estendida, até 31 de dezembro de 2017, a possibilidade de pagamento parcelado do ITBI.

### Minha Casa, Minha Vida

ISSQN – Manteve-se a isenção para empreendimentos destinados à população com renda de até três salários mínimos, com o objetivo de desonerar o custo final dos imóveis para a população de baixa renda.

### ITBI

Desde 2009, o município também isenta de ITBI nas aquisições de moradias pelo programa federal as famílias na faixa salarial até seis salários mínimos. Milhares de famílias foram beneficiadas com a isenção.

### Taxistas

Os proprietários de um único taxi continuam contando com a isenção de ISS, a partir da solicitação. Milhares de taxistas estão sendo beneficiados com a isenção.



## AEROLEVANTAMENTO MODERNIZA BASE DE DADOS URBANOS

Avança a execução do mapeamento digital da cidade, com o qual está sendo possível melhorar o planejamento dos projetos e obras e atualizar o cadastro imobiliário. O projeto de aerolevantamento que vem sendo realizado pela Prefeitura já fornece dados significativos para o planejamento urbano de Porto Alegre.

O conjunto de imagens geradas tem orientado os investimentos em atendimento às demandas do Orçamento Participativo e em obras de mobilidade urbana. A nova rede geodésica já está em utilização e a restituição estereofotogramétrica está 98% concluída. Também foi finalizada a geração das ortofotos, e a geocodificação de lotes fiscais já está em processo de validação e análise. Além disso, os dados recebidos estão sendo adequados à nova Legislação Cartográfica Municipal.

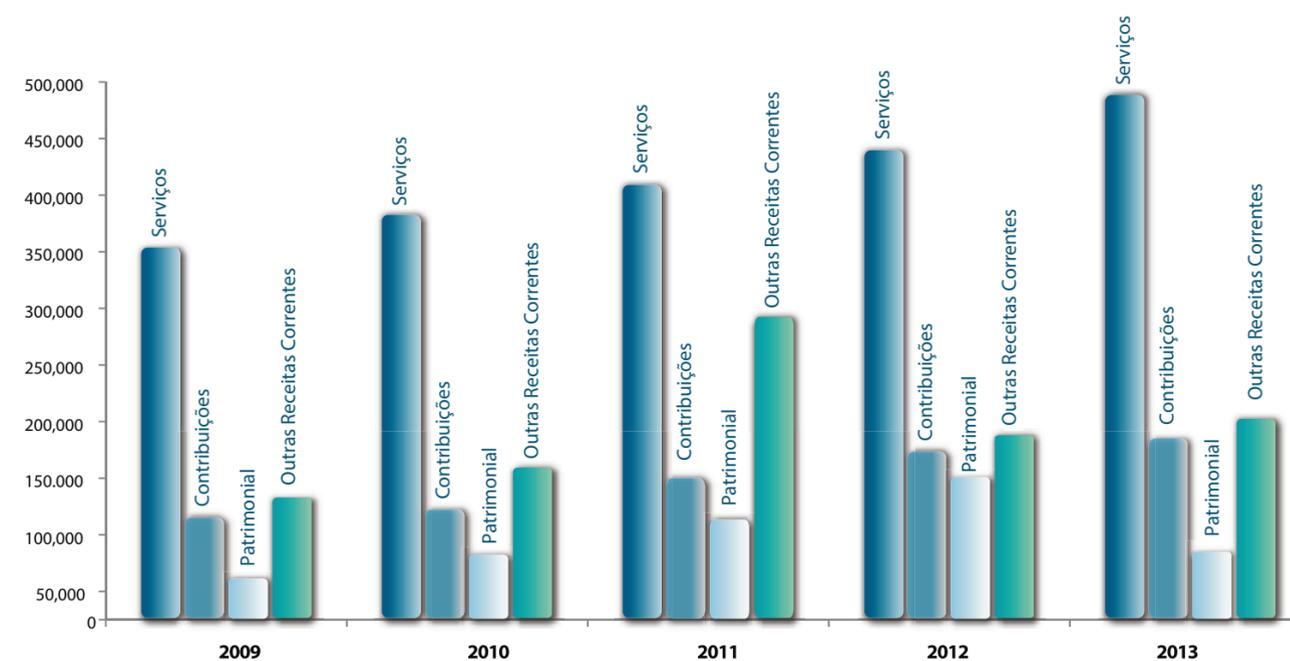
O mapeamento digital da cidade, realizado pela captação de fotografias aéreas e pelo perfilamento com laser aerotransportado agilizarão a obtenção de informações tributárias com padronização das ações e redução dos custos operacionais. Desenvolvido sob a coordenação das secretarias municipais da Fazenda e de Urbanismo

e contando com a cooperação técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o aerolevantamento teve início em 2010, quando foram mapeados 477 quilômetros quadrados da cidade, uma faixa de 250 metros no seu entorno para abranger os limites intermunicipais, totalizando uma área de 545 quilômetros quadrados.

Foram realizadas fotografias aéreas digitais e utilizada tecnologia laser que permite visualizar em 3D o relevo da cidade e estimar o volume das construções. Estes dados fornecerão a matéria-prima para o processo de inovação e atualização da base cartográfica, que era referenciada à sistema de 1903, e do cadastro de imóveis da prefeitura, revisado de forma completa em 1957.



## EVOLUÇÃO DAS DEMAIS RECEITAS PRÓPRIAS



Valores Nominais (em mil R\$)	2009	2010	2011	2012	2013
Serviços	357.621	384.041	414.623	452.118	483.845
Contribuições	121.203	134.147	150.754	171.468	189.396
Patrimonial	66.419	76.421	113.307	150.809	81.242
Outras Receitas Correntes	137.754	159.119	286.415	185.678	207.707

Valores Corrigidos (em mil R\$)	2009	2010	2011	2012	2013
Serviços	448.278	458.315	464.005	480.036	483.845
Contribuições	151.928	160.091	168.709	182.056	189.396
Patrimonial	83.256	91.201	126.802	160.121	81.242
Outras Receitas Correntes	172.675	189.893	320.527	197.144	207.707

Atualizado pelo IPCA médio

### NOTA

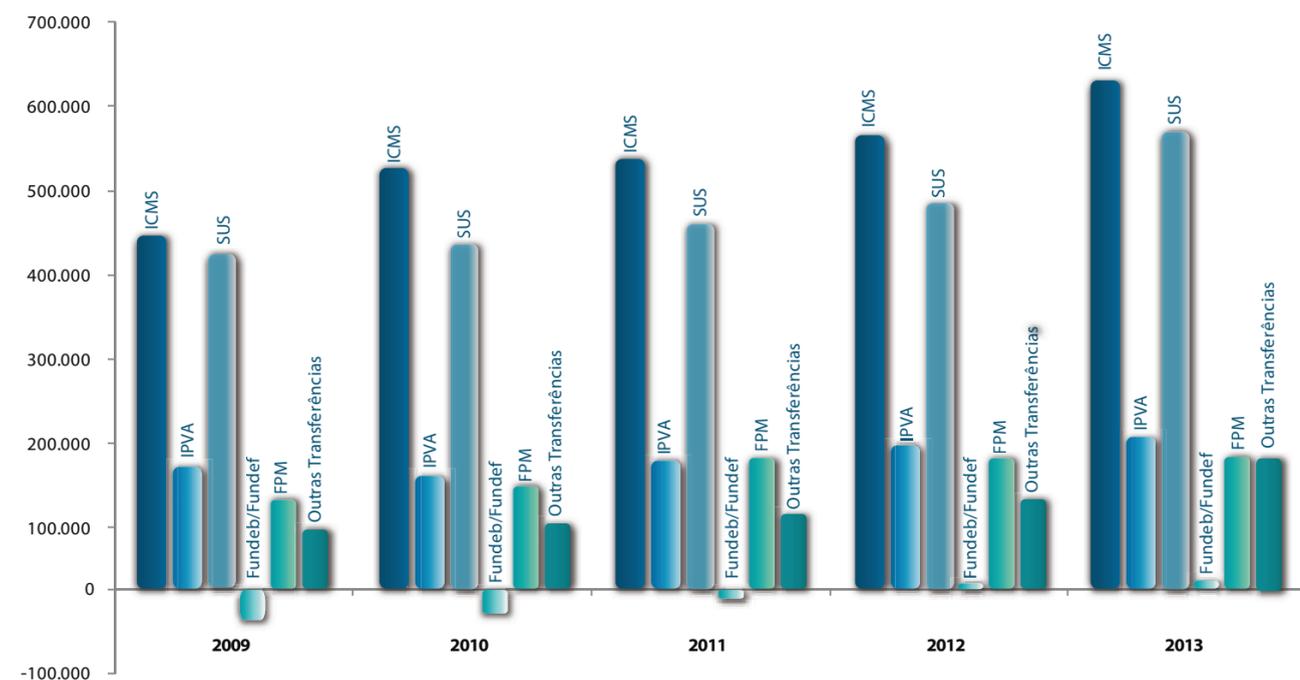
**Serviços** – Tarifa de água e esgoto (DMAE/DEP), editais e inscrição em concurso público, entre outros

**Contribuições** – Para a iluminação pública e para a previdência dos funcionários municipais

**Patrimonial** – Aluguéis de imóveis e dividendos

**Outras Receitas Correntes** – Dívida ativa, indenizações, restituições, multas e juros

## EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DE TERCEIROS



Valores Nominais (em mil R\$)	2009	2010	2011	2012	2013
ICMS	441.379	512.435	544.808	572.420	635.470
IPVA	168.075	160.713	173.814	184.816	203.727
SUS	429.518	436.671	461.601	546.337	572.145
Fundeb/Fundef	-38.891	-27.369	-14.849	6.062	16.421
FPM	127.248	138.011	173.394	179.244	170.664
Outras Transferências	84.605	92.828	107.389	123.618	164.867

CÁLCULO FUNDEB / FUNDEF (em mil R\$)	2009	2010	2011	2012	2013
TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	110.440	137.310	165.853	194.843	219.844
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-149.331	-164.679	-180.702	-188.781	-203.423
TOTAL	-38.891	-27.369	-14.849	6.062	16.421

Valores Corrigidos (em mil R\$)	2009	2010	2011	2012	2013
ICMS	553,269	611,540	609.695	607.767	635.470
IPVA	210,682	191,795	194.515	196.228	203.727
SUS	538,401	521,123	516.578	580.073	572.145
Fundeb/Fundef	-48,750	-32,662	-16.618	6.436	16.421
FPM	159,505	164,702	194.045	190.312	170.664
Outras Transferências	106,052	110,781	120.179	131.251	164.867

Atualizado pelo IPCA médio

## PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS

### ICMS

O imposto é uma das principais fontes de receita dentre as transferências recebidas. Em 2013, correspondeu a 13,50% da receita total da Prefeitura. Cabe aos municípios, por determinação constitucional, 25% do valor arrecadado pelos estados com esse tributo.

Durante o censo, os fiscais revisam as guias informativas das empresas do ano anterior, corrigindo falhas nas informações ou identificando omissões, para apurar o Valor Adicionado Fiscal (VAF), que corresponde à movimentação econômica da cidade.

O incremento do VAF identificado durante os censos impulsionou o aumento da participação da Capital na divisão da arrecadação do tributo, já que essa variável é 75% do índice de retorno do ICMS. Os demais itens considerados são população (7%), área (7%), propriedades rurais (5%), produtividade primária (3,5%), relação inversa ao valor adicionado fiscal per capita dos municípios (2%) e programa de integração tributária (0,5%).

Índice de retorno do ICMS para Porto Alegre.

ÍNDICE DE RETORNO DO ICMS PARA PORTO ALEGRE	
ANO DISTRIBUIÇÃO	ÍNDICE
2002	12,602774
2003	12,135450
2004	11,830629
2005	11,299306
2006	10,513086
2007	10,891658
2008	11,683211
2009	11,615137
2010	11,490936
2011	11,165823
2012	10,765488
2013	10,557257
2014	10,626705

### Fundo de Participação dos Municípios (FPM)

O FPM é uma transferência constitucional vinculada à arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados.

O Tesouro Nacional transfere aos Municípios o equivalente a 22,5% da receita de IPI e IR, com base num coeficiente de participação. Para as Capitais o coeficiente fixado se dá de acordo com o inverso da renda per capita de sua população, aplicado sobre o montante de 10% da receita.

Além disso, em dezembro é repassado uma parcela extra de 1% da receita de IPI e IR de todo o ano. Ou seja, 23,5% da arrecadação dos dois impostos pertencem constitucionalmente aos municípios. Do total de recursos que o Tesouro reserva ao FPM, 20% são automaticamente transferidos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico (Fundeb).

Em 2013, o FPM correspondeu a 3,63% da arrecadação municipal.





### IPVA

Cabe ao município 50% do valor arrecadado pelo Estado com o IPVA, referente aos veículos cadastrados em Porto Alegre. Neste ano, a Prefeitura apresentou um aumento de R\$ 18,9 milhões na arrecadação do IPVA em relação ao exercício anterior.

Em 2013, o IPVA correspondeu a 4,33% da arrecadação municipal. O crescimento do IPVA no Estado e por consequência nas transferências aos municípios é devido ao crescimento da frota de veículos pagantes e à baixa inadimplência (em torno de 2%) verificada no Estado, decorrente das ações de fiscalização do imposto e incentivos para o pagamento.

### SUS

As transferências feitas pelos governos federal e estadual relativas ao custeio do SUS são estabelecidas em função de variáveis como população e número de atendimentos de saúde prestados pelas unidades do sistema em Porto Alegre.

### Fundeb/Fundef

O valor demonstrado no quadro da página 24 refere-se ao retorno que o município recebe do fundo multigovernamental. Em 2013, o valor é positivo em R\$ 16,4 milhões, representando que houve contribuição do município para o fundo menor que o retorno recebido.

### Outras transferências

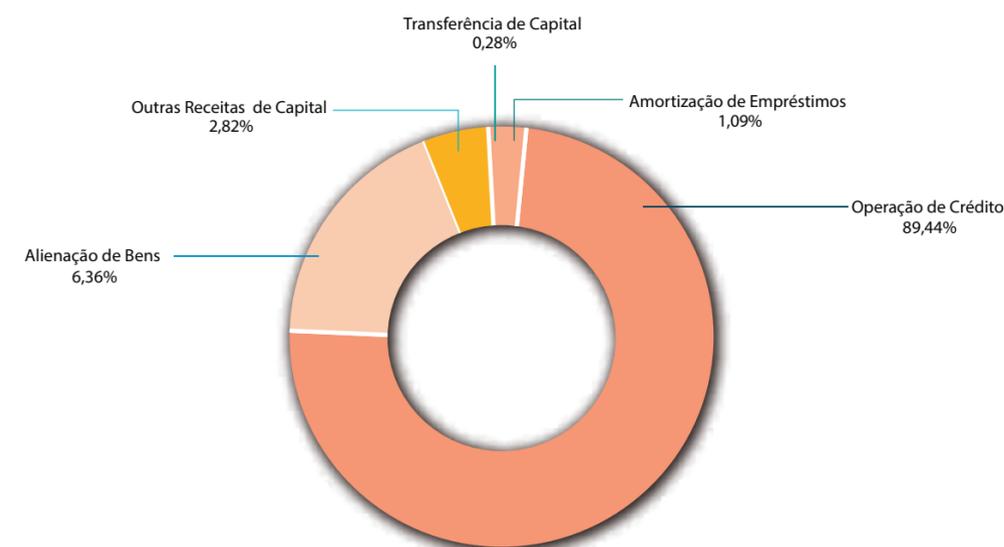
Engloba as demais transferências da União, tais como as relativas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a desoneração do ICMS pela Lei Kandir, cota-parte da compensação financeira sobre a exploração mineral, cota-parte do fundo especial do petróleo, compensação financeira ao esforço exportador, convênios e doações.

Também inclui as transferências do Estado tais como a cota-parte do IPI sobre exportação, a cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE), os repasses de recursos do Estado para programas de saúde e convênios. Fazem parte, também, as transferências de instituições privadas, através de patrocínios e doações.

## RECEITAS DE CAPITAL

As receitas de capital da Prefeitura tiveram um acréscimo de 23,43%, em 2013 em comparação com 2012. As operações de crédito, item principal desta receita, tiveram uma variação de 25,20% no mesmo período comparado. Desde o bloqueio de contrair novos emprésti-

mos durante os exercícios de 2005 e 2006, dado os déficits registrados de 2002 a 2004, a Prefeitura tem retomado, gradativamente, a contratação de operações de crédito junto à Caixa Econômica Federal para viabilizar investimentos na cidade.



Valores Nominais (em mil R\$)	2009	2010	2011	2012	2013
Amortização de Empréstimos	1.921	1.610	2.137	2.270	2.778
Operação de Crédito	50.610	88.652	174.714	92.428	115.716
Alienação de Bens	10.718	13.740	12.429	23.165	33.908
Transferência de Capital	75	414	541	5.865	2.280
Outras Receitas de Capital	192	3.376	5.513	1.595	-

Valores Corrigidos (em mil R\$)	2009	2010	2011	2012	2013
Amortização de Empréstimos	2.408	1.921	2.392	2.410	2.778
Operação de Crédito	63.440	105.797	195.522	98.135	115.716
Alienação de Bens	13.435	16.397	13.909	24.595	33.908
Transferência de Capital	94	494	605	6.227	2.280
Outras Receitas de Capital	241	4.028	6.170	1.693	-

Atualizado pelo IPCA médio

# DESTINAÇÃO DE RECURSOS

A despesa total da Prefeitura variou, em valores nominais, 10,31% em 2013, sobre os dados registrados no ano anterior.

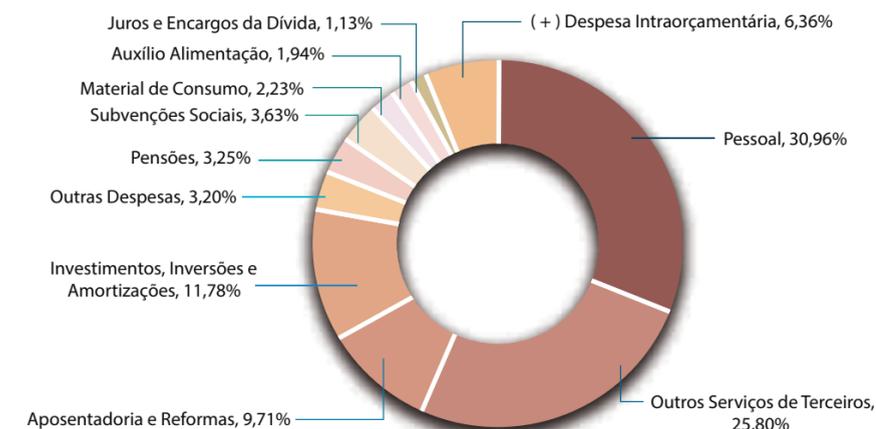
O principal item nos gastos é a despesa de pessoal, que teve incremento nominal de 7,37% no mesmo período.

Em valores reais, corrigidos pelo IPCA médio, a despesa total aumentou 3,89% em 2013.

Os quadros e gráficos demonstram a composição da despesa e a variação dos gastos nos últimos cinco anos.



## DESPESA POR NATUREZA DOS GASTOS - 2013



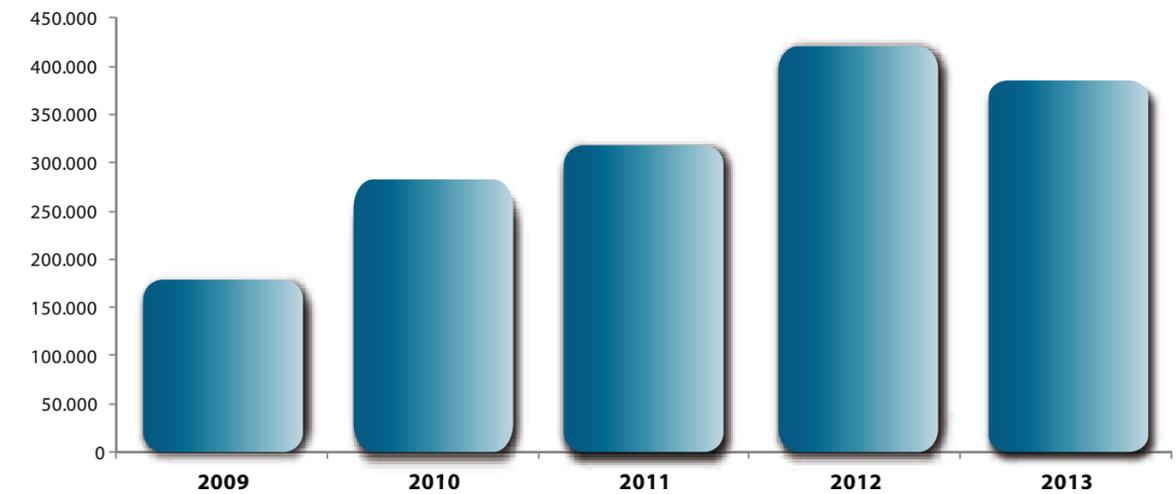
Valores Nominais (em mil R\$)	2009	2010	2011	2012	2013
Pessoal	913.678	1.018.119	1.267.939	1.362.835	1.463.224
Outros Serviços de Terceiros	739.067	814.799	920.562	1.135.735	1.187.441
Aposentadoria e Reformas	301.083	343.886	395.795	427.277	529.958
Investimentos, Inversões e Amortizações	285.117	395.870	459.629	518.460	606.679
Outras Despesas	151.059	162.434	160.815	140.736	162.807
Pensões	119.071	130.987	41.833	143.240	173.547
Subvenções Sociais	99.761	117.224	132.811	159.904	155.739
Material de Consumo	83.009	81.417	94.840	98.375	116.704
Auxílio-Alimentação	60.016	70.492	78.879	85.594	91.288
Juros e Encargos da Dívida	28.976	28.626	39.941	49.959	56.934
<b>Subtotal</b>	<b>2.780.837</b>	<b>3.162.684</b>	<b>3.593.044</b>	<b>4.122.115</b>	<b>4.544.321</b>
(+) Despesa Intraorçamentária	189.031	215.702	244.721	280.140	311.768
<b>TOTAL</b>	<b>2.969.868</b>	<b>3.378.386</b>	<b>3.837.765</b>	<b>4.402.255</b>	<b>4.856.089</b>

Valores Corrigidos (em mil R\$)	2009	2010	2011	2012	2013
Pessoal	1.145.295	1.215.023	1.418.951	1.446.990	1.463.224
Outros Serviços de Terceiros	926.420	972.381	1.030.201	1.205.867	1.187.441
Aposentadoria e Reformas	377.408	410.394	442.934	453.661	529.958
Investimentos, Inversões e Amortizações	357.394	472.431	514.371	550.475	606.679
Outras Despesas	189.352	193.849	179.968	149.426	162.807
Pensões	149.255	156.320	46.815	152.085	173.547
Subvenções Sociais	125.050	139.895	148.629	169.778	155.739
Material de Consumo	104.052	97.163	106.135	104.450	116.704
Auxílio-Alimentação	75.230	84.125	88.273	90.879	91.288
Juros e Encargos da Dívida	36.321	34.162	44.698	53.044	56.934
<b>Subtotal</b>	<b>3.485.779</b>	<b>3.774.347</b>	<b>4.020.976</b>	<b>4.376.656</b>	<b>4.544.321</b>
(+) Despesa Intraorçamentária	236.950	257.419	273.867	297.439	311.768
<b>TOTAL</b>	<b>3.722.730</b>	<b>4.031.766</b>	<b>4.294.843</b>	<b>4.674.094</b>	<b>4.856.089</b>

Atualizado pelo IPCA médio

# INVESTIMENTOS

O equilíbrio das contas da Prefeitura construído a partir de 2005 e a recuperação do crédito possibilitaram que o volume da receita destinado a investimentos em 2013 ficasse acima dos R\$ 380 milhões.



Valores Nominiais (em mil R\$)	2009	2010	2011	2012	2013
Investimentos	171.002	286.982	333.095	426.021	383.897

Valores Corrigidos (em mil R\$)	2009	2010	2011	2012	2013
Investimentos	214.351	342.484	372.767	452.328	383.897

Atualizado pelo IPCA médio

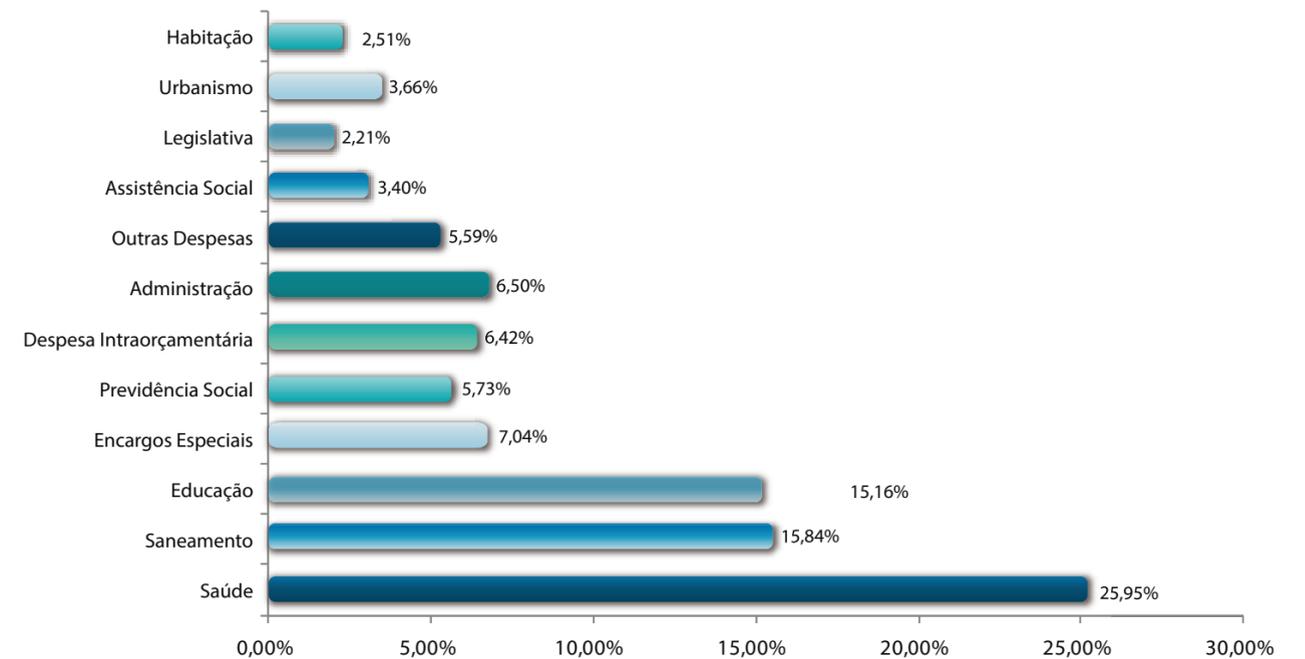


# DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO

No gráfico e na tabela ao lado são apresentadas as despesas empenhadas por função, conforme a Portaria nº 42 do Ministério de Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999, que estabelece a discriminação da despesa por função e subfunção.

Pode-se verificar que as três principais funções de despesa em 2013, incluindo as despesas intraorçamentárias, foram: saúde, com 25,95% dos gastos totais, saneamento, com 15,84%, e educação, com 15,16%.

Cabe ressaltar que as informações relativas aos gastos com saúde e educação consideram os valores totais empenhados, independentemente da fonte de recursos que os suporta, ou seja, considera tanto gastos efetuados com recursos próprios como de terceiros.



Em mil R\$	2009	2010	2011	2012	2013
Saúde	772.025	845.202	955.899	1.182.081	1.259.952
Saneamento	529.583	657.499	739.455	822.410	769.314
Educação	461.264	527.688	607.139	658.684	736.109
Encargos Especiais	200.213	174.167	235.572	195.425	341.695
Previdência Social	197.998	217.139	234.373	268.817	278.233
Administração	168.087	203.426	243.901	264.131	315.648
Outras Despesas	153.490	191.755	204.110	251.078	271.470
Assistência Social	78.020	91.891	102.156	146.234	164.992
Legislativa	78.806	85.161	93.281	97.214	107.487
Urbanismo	73.526	90.612	99.700	129.565	177.501
Habitação	67.824	78.142	77.458	106.476	121.920
<b>Subtotal</b>	<b>2.780.836</b>	<b>3.162.682</b>	<b>3.593.044</b>	<b>4.122.115</b>	<b>4.544.321</b>
(+) Despesa Intraorçamentária	189.031	215.702	244.721	280.140	311.768
<b>TOTAL</b>	<b>2.969.867</b>	<b>3.378.384</b>	<b>3.837.765</b>	<b>4.402.255</b>	<b>4.856.089</b>

Atualizado pelo IPCA médio

# SÍNTESE DE ORIGENS E COMPROMETIMENTO DE RECURSOS DO EXERCÍCIO DE 2013

Os recursos da Prefeitura de Porto Alegre são provenientes da arrecadação própria (R\$ 2.527 milhões) e das transferências Governamentais (R\$ 2.179 milhão).

Desses valores, R\$ 4.856 milhões retornaram à cidade, tendo como destaque R\$ 1.260 milhão aplicados na função saúde, R\$ 769 milhões em saneamento e R\$ 736 milhões em educação.



ORIGENS DE RECURSOS (em R\$)	ANO 2013	
	Valor	%
<b>Receita Arrecadada</b>		
<b>Recursos Próprios</b>	<b>2.527.172.741,33</b>	<b>100%</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA:		
IPTU	299.773.952,78	11,86
ISSQN	675.507.630,22	26,73
ITBI	236.403.377,87	9,35
IRRF	206.575.766,14	8,17
Taxas	108.096.930,91	4,28
(-) Deduções da Receita Tributária	-2.875.884,41	-0,11
RECEITA NÃO TRIBUTÁRIA:		
Receita de Contribuições	189.396.387,51	7,49
Receita Patrimonial	81.242.197,57	3,21
Serviço Água	298.485.142,35	11,81
Serviço Esgoto	122.727.264,83	4,86
Outros Recursos Próprios		0,00
Receita Corrente Intraorçamentária	311.839.975,56	12,34
(-) Deduções da Receita Não Tributária		0,00
<b>Recursos Transferidos</b>	<b>2.179.736.955,91</b>	<b>100%</b>
Sistema Único de Saúde / SUS	572.145.248,15	26,25
Transferência Recebida FUNDEB	219.844.267,00	10,09
Cota parte IPVA	203.727.172,90	9,35
Cota parte ICMS	635.470.729,01	29,15
Operação de Crédito	115.715.979,32	5,31
Outros Recursos Transferidos	636.256.787,43	29,19
Transferências enviada FUNDEB	-203.423.227,90	-9,33
<b>Total da Receita</b>	<b>4.706.909.697,24</b>	<b>100%</b>
Déficit Orçamentário	149.179.501,56	
<b>Total Geral</b>	<b>4.856.089.198,80</b>	

COMPROMETIMENTO DE RECURSOS (em R\$)	ANO 2013	
	Valor	%
<b>Despesa Realizada</b>		
Saúde	1.259.951.978,16	25,95
Saneamento	769.314.013,44	15,84
Educação	736.108.874,31	15,16
Encargos Especiais	341.694.915,67	7,04
Previdência Social	278.232.894,96	5,73
Administração	315.648.109,39	6,50
Assistência Social	164.992.448,97	3,40
Legislativa	107.486.880,88	2,21
Urbanismo	177.500.949,16	3,66
Habitação	121.920.230,08	2,51
Gestão Ambiental	60.123.943,99	1,24
Cultura	46.332.971,52	0,95
Segurança Pública	41.073.402,18	0,85
Comércio e Serviços	33.364.056,74	0,69
Judiciário	25.850.412,29	0,53
Desporto e Lazer	15.246.285,75	0,31
Transporte	26.352.053,06	0,54
Outras Despesas	23.127.063,84	0,48
Despesa intraorçamentária	311.767.714,41	6,42
<b>Total da Despesa</b>	<b>4.856.089.198,80</b>	
Superávit Orçamentário		
<b>Total Geral</b>	<b>4.856.089.198,80</b>	<b>100%</b>



## EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA

A situação líquida financeira representa a diferença entre o ativo financeiro (disponibilidades, recursos vinculados e outras operações) e o passivo financeiro (dívidas de curto prazo: restos a pagar,

depósitos e outras operações). A sequência de 2009 a 2013 aponta uma recuperação diante de um cenário deficitário de 10,8 milhões em 2004.

## EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO LÍQUIDA PERMANENTE

A situação líquida permanente resulta da diferença entre o ativo permanente (imobilizado, créditos, valores e estoques) e o passivo permanente (obrigações exigíveis em longo prazo). O aumento do

passivo permanente em 2013 decorreu da contratação de novas operações de crédito e da revisão das previsões matemáticas previdenciárias.

## EVOLUÇÃO DO SALDO PATRIMONIAL

A soma das situações líquidas financeiras e permanente origina o resultado patrimonial. A linha ascendente verificada nos números

dos últimos cinco anos evidencia o fortalecimento da situação econômica da Prefeitura.

### Situação Líquida Financeira

Conta	2009	2010	2011	2012	2013
Ativo Financeiro	663.061	861.270	1.183.453	1.192.072	1.150.294
(-) Passivo Financeiro	-142.305	-147.551	-172.821	-200.458	-293.036
Situação Líquida Financeira	520.756	713.719	1.010.632	991.614	857.258

### Situação Líquida Permanente

Conta	2009	2010	2011	2012	2013
Ativo Permanente	1.905.212	2.231.770	2.509.622	3.309.868	3.272.571
(-) Passivo Permanente	-696.004	-726.545	-955.767	-1.297.936	-1.307.809
Situação Líquida Permanente	1.209.208	1.505.225	1.553.855	2.011.932	1.964.762

## RESULTADO PATRIMONIAL

Conta	2009	2010	2011	2012	2013
Ativo Real (AF + AP)	2.568.273	3.093.040	3.693.075	4.501.940	4.422.865
(-) Passivo Real (PF + PP)	-838.309	-874.096	-1.128.588	-1.498.394	-1.600.845
Saldo Patrimonial Ativo Real Líquido	1.729.964	2.218.944	2.564.487	3.003.546	2.822.020



# GESTÃO FISCAL

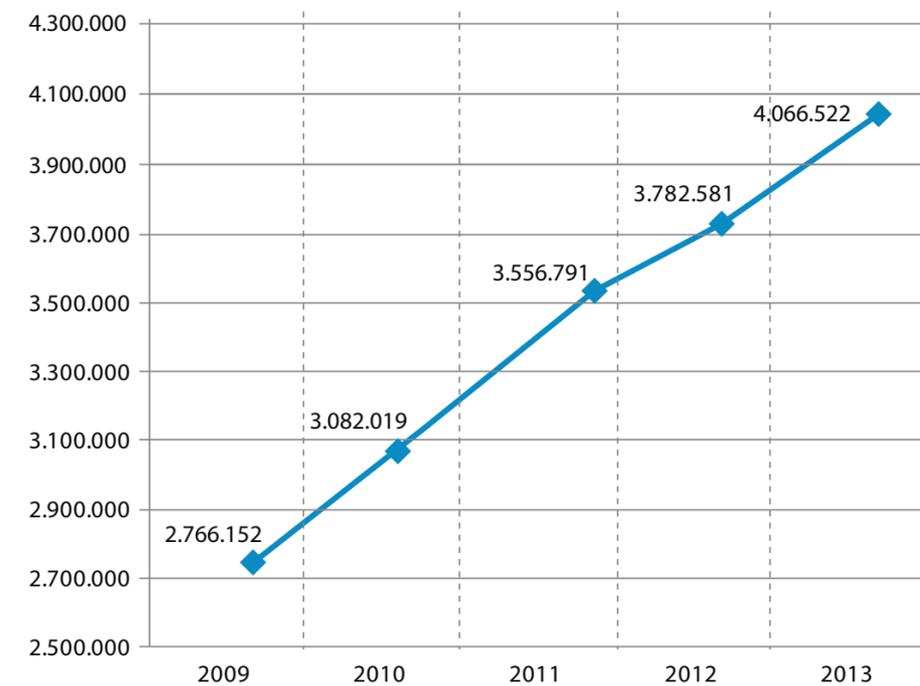
Os números do desempenho de 2013 demonstram o cumprimento das metas fiscais, e a manutenção do esforço para uma situação financeira cada ano mais forte para a Prefeitura Municipal, como fica demonstrado na comparação dos últimos cinco anos.

## RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

A receita corrente líquida é o somatório das receitas tributárias municipais, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, exceto a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e as receitas provenientes da compensação financeira.

Ela serve de parâmetro para o cálculo das despesas com pessoal, e para os limites da dívida pública.

A receita corrente líquida está em ascensão nos últimos cinco anos. O crescimento nominal foi de 7,51% em relação ao ano anterior.



Em mil R\$	2009	2010	2011	2012	2013
Receita Corrente Líquida	2.766.152	3.082.019	3.556.791	3.782.581	4.066.522

Critério - Secretaria do Tesouro Nacional

# DESPESAS COM PESSOAL

## PODER EXECUTIVO

O Executivo tem mantido estável a parcela de comprometimento da receita corrente líquida da Prefeitura com as despesas com pessoal, como pode ser verificado nos dados dos últimos cinco anos. Isso evidencia o controle realizado para equilibrar as finanças municipais.

O índice de comprometimento da receita corrente líquida com despesas com pessoal no Poder Executivo em 2013 foi de 49,89%. Esse índice está abaixo do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 54% da receita corrente líquida.



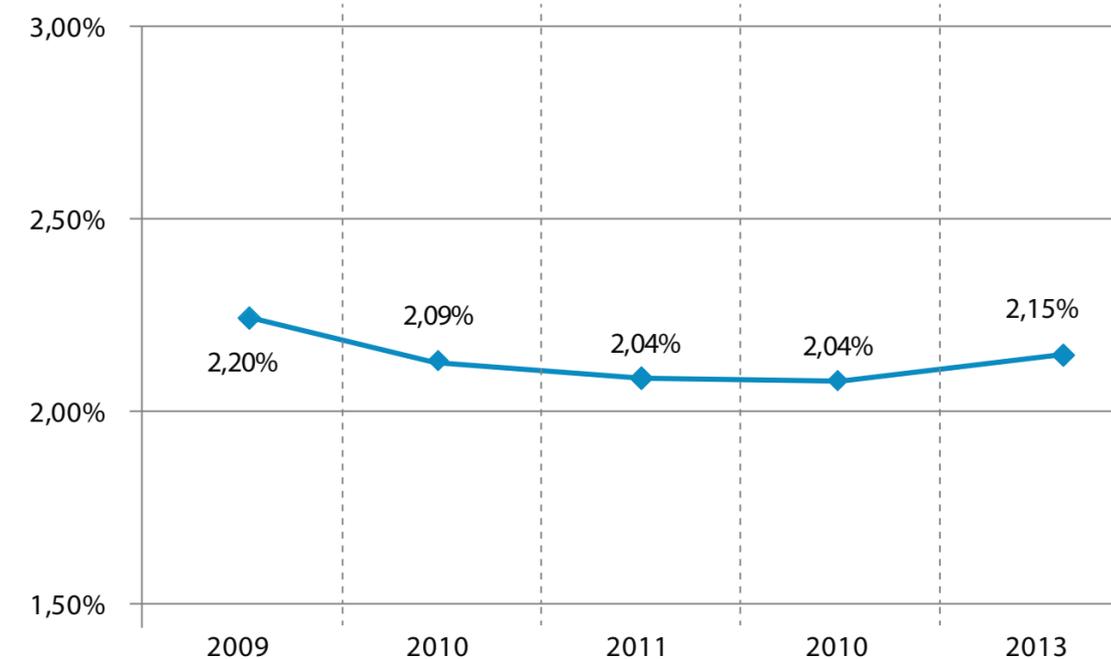
Em mil R\$	2009	2010	2011	2012	2013
Total Despesa de Pessoal	1.229.225	1.393.857	1.550.455	1.801.918	2.028.843
Receita Corrente Líquida	2.766.152	3.082.019	3.556.791	3.782.580	4.066.522
% Despesa de Pessoal	44,44%	45,23%	43,59%	47,64%	49,89%
Limite máximo 54% RCL	1.493.722	1.664.290	1.920.667	2.042.593	2.195.922
Limite prudencial 51,3% RCL	1.419.036	1.581.076	1.824.634	1.940.464	2.086.126

Critério - Secretaria do Tesouro Nacional

## PODER LEGISLATIVO

O Legislativo tem reduzido sua parcela de comprometimento da receita corrente líquida da Prefeitura com as despesas com pessoal, como pode ser verificado nos dados dos últimos cinco anos.

O índice de comprometimento da receita corrente líquida com despesas com pessoal no Poder Legislativo em 2013 foi de 2,15%. Esse índice está abaixo do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 6% da receita corrente líquida.



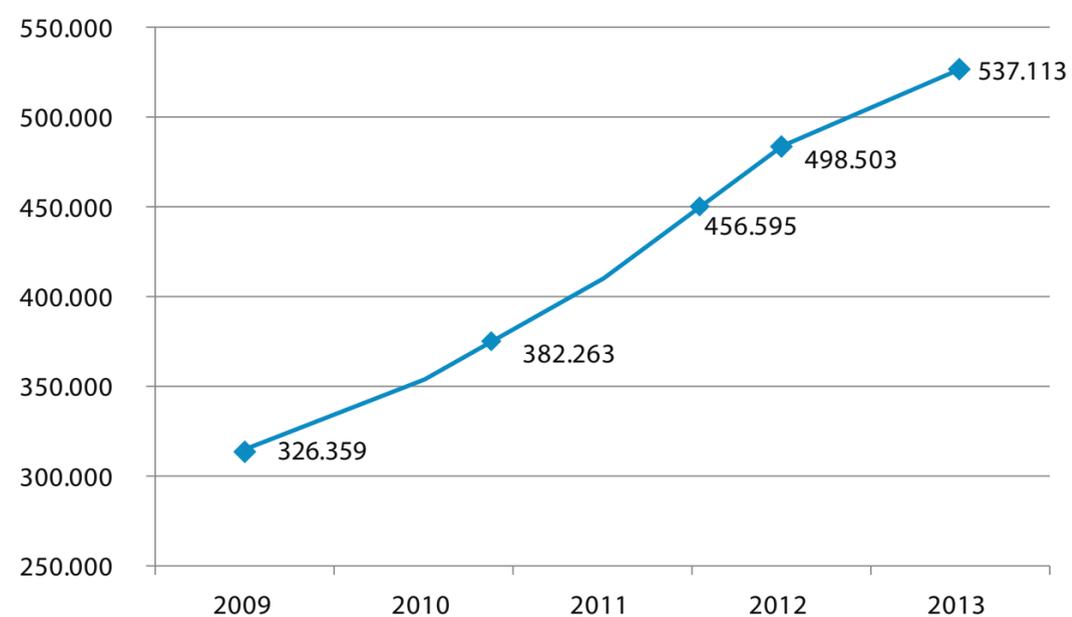
Em mil R\$	2009	2010	2011	2012	2013
Total Despesa de Pessoal	60.731	64.492	72.389	77.029	87.315
Receita Corrente Líquida	2.766.152	3.082.019	3.556.791	3.782.580	4.066.522
% Despesa de Pessoal	2,20%	2,09%	2,04%	2,04%	2,15%
Limite Máximo 6% RCL	165.969	184.921	213.407	226.955	243.991
Limite Prudencial 5,7% RCL	157.671	175.675	202.737	215.607	231.792

Critério - Secretaria do Tesouro Nacional

# SAÚDE

Como prioridade da Prefeitura, o gasto com saúde em 2013 teve incremento nominal de 7,75%, em comparação com 2012, na destinação das receitas de impostos e transferências para atendimento à população. Os recursos para ações e serviços públicos de saúde (ASPS) superaram, no período de 2009 a 2013, o percentual mínimo de 15% definido pela Constituição.

Não estão computados, nesta demonstração, os gastos com recursos repassados ao município para custeio do Sistema Único de Saúde (SUS) ou mesmo outros recursos repassados por meio de convênio.



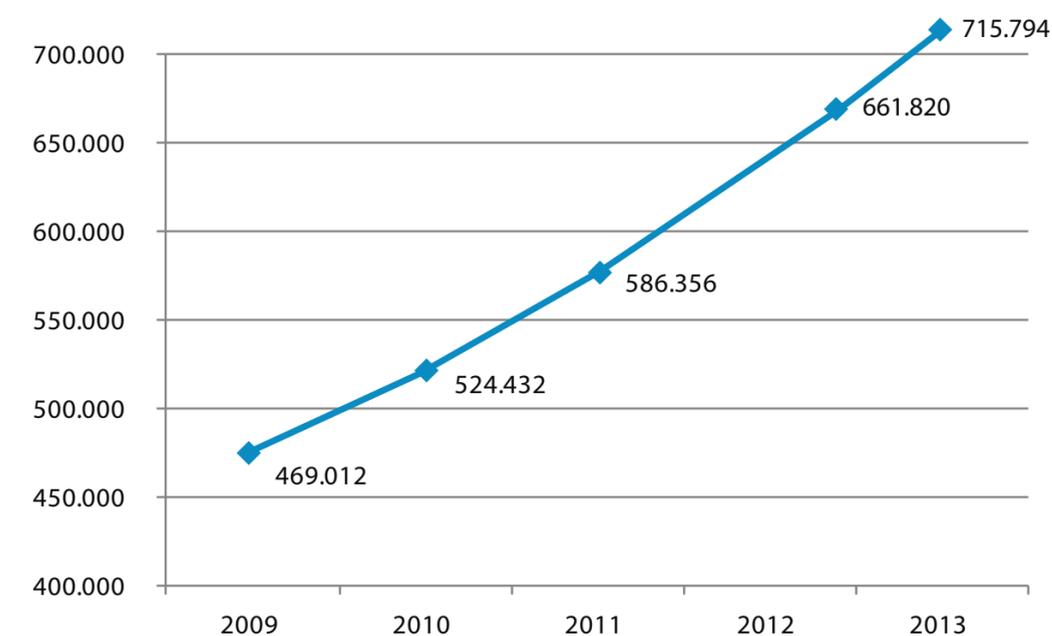
Valores nominais (em mil R\$)	2009	2010	2011	2012	2013
Despesas com ASPS	326.359	382.263	456.595	498.503	537.113
% s/ receita de impostos e transferências	19,14%	19,80%	21,10%	21,51%	21,42%

Critério - Secretaria do Tesouro Nacional

# ENSINO

Os gastos da Prefeitura com a manutenção e o desenvolvimento do ensino (MDE) cresceram, em valores nominais, 8,16% em relação ao ano de 2012. Também área prioritária da administração, o ensino recebeu recursos de impostos e transferências sempre acima do percentual constitucional de 25%, no período de 2009 a 2013.

Não estão computados, nesta demonstração, os gastos com recursos repassados ao município por conta do Salário Educação, bem como outros transferidos por conta de convênio.



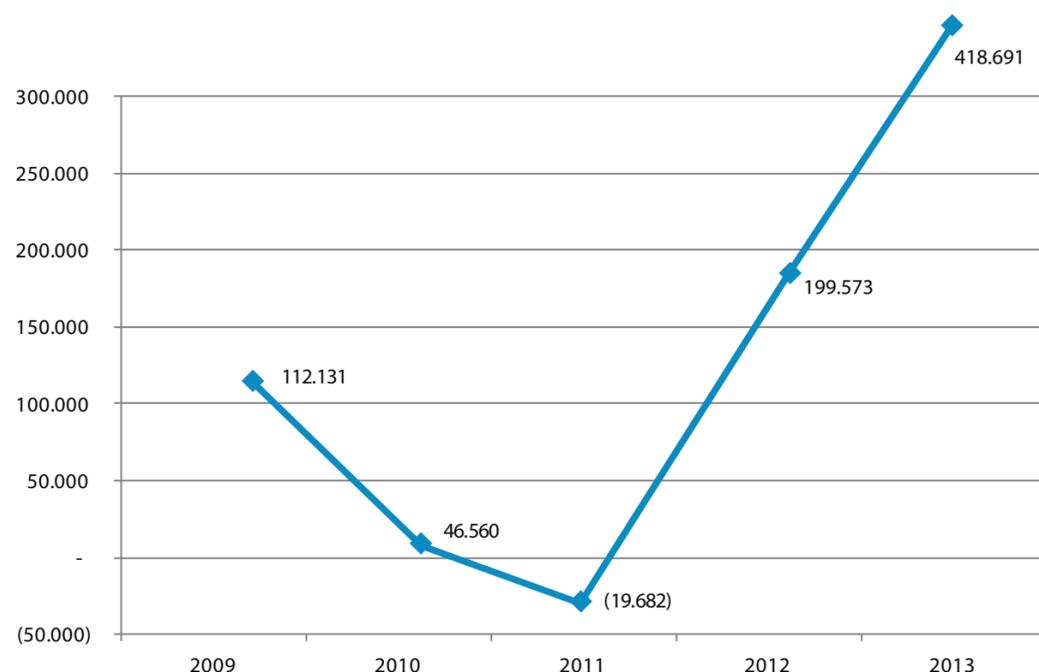
Valores nominais (em mil R\$)	2009	2010	2011	2012	2013
Despesas com MDE	469,012	524,432	586,356	661,820	715,794
% s/ receita de impostos e transferências	27,41%	27,08%	27,00%	28,46%	28,46%

Critério - Secretaria do Tesouro Nacional

# DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

A dívida consolidada líquida corresponde aos saldos das dívidas de longo e de curto prazos, deduzidas as disponibilidades financeiras. Os dados demonstram a variação dos estoques, significando o aumento do endividamento da Prefeitura, substancialmente em decorrência do crescimento nos financiamentos visando à Copa do Mundo FIFA de 2014.

Por resolução do Senado, o limite máximo da dívida consolidada líquida é de 120% da receita corrente líquida. Em Porto Alegre, este percentual fechou no final de 2013 em 10,3% em relação à receita corrente líquida.

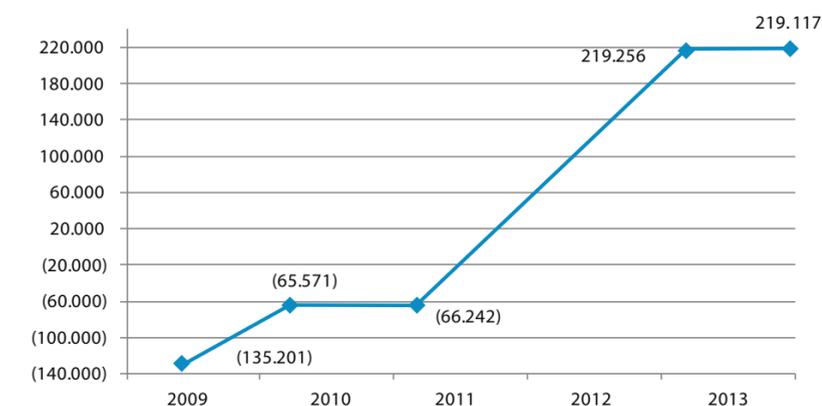


Dívida Consolidada Líquida (em mil R\$)	2009	2010	2011	2012	2013
Dívida Consolidada	567.752	638.963	806.186	857.166	927.199
(-) Deduções	455.621	592.403	825.868	657.593	508.508
Dívida Consolidada Líquida	112.131	46.560	(19.682)	199.573	418.691
% Dívida s/ Receita Corrente Líquida	4,05%	1,51%	-0,55%	5,28%	10,30%
Limite definido pelo Senado Federal	3.319.382	3.698.423	4.268.149	4.539.097	4.879.828

# RESULTADO NOMINAL

O resultado nominal representa a diferença da dívida consolidada líquida acumulada até o exercício, em comparação ao ano anterior.

Quanto maior o valor negativo de resultado nominal, maior será a redução no estoque da dívida do município.



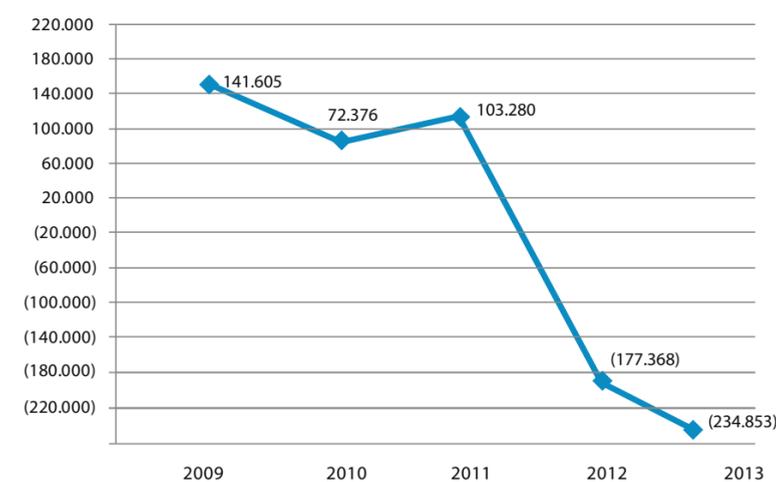
Em mil R\$	2009	2010	2011	2012	2013
Resultado Nominal	(135.201)	(65.571)	(66.242)	219.256	219.117

Critério - Secretaria do Tesouro Nacional

# RESULTADO PRIMÁRIO

Esse resultado corresponde à diferença entre as receitas e as despesas não financeiras. Tem como principal função determinar a

capacidade de pagamento dos compromissos da dívida pública e, conseqüentemente, de obtenção de novos financiamentos.



Em mil R\$	2009	2010	2011	2012	2013
Resultado Primário	141.605	72.376	103.280	(177.368)	(234.853)

Critério - Secretaria do Tesouro Nacional

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nesta seção são apresentados os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações do Patrimônio da Prefeitura da Cidade de Porto Alegre do exercício de 2013.

A confecção dos demonstrativos está alicerçada na escrituração de atos e fatos contábeis que ocorreram no presente ano, de acordo com os preceitos da Lei Federal nº 4320 de 17 de março de 1964 que rege as entidades públicas na esfera federal, estadual e municipal.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12 DA LEI 4.320/64 - EXERCÍCIO 2013**

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial R\$	Receita Realizada R\$	Saldo R\$	DESPESA ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Atualizada R\$	Despesas Empenhadas R\$	Saldo R\$
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>4.539.752.632,00</b>	<b>4.240.387.315,05</b>	<b>299.365.316,95</b>	<b>DESPEAS CORRENTES</b>	<b>4.481.644.112,56</b>	<b>4.246.556.324,40</b>	<b>235.087.788,16</b>
Receita Tributária	1.577.836.191,00	1.526.357.657,92	51.478.533,08	Pessoal e Encargos Sociais	2.487.087.907,52	2.475.580.504,04	11.507.403,48
Receita de Contribuições	164.009.738,00	189.396.387,51	(25.386.649,51)	Juros e Encargos da Dívida	62.960.077,00	56.934.476,63	6.025.600,37
Receita Patrimonial	66.128.663,00	81.242.197,57	(15.113.534,57)	Outras Despesas Correntes	1.931.596.128,04	1.714.041.343,73	217.554.784,31
Receita Agropecuária		190,83	(190,83)				
Receita de Serviços	501.226.118,00	483.845.330,50	17.380.787,50	<b>DESPEAS DE CAPITAL</b>	<b>1.518.495.787,99</b>	<b>609.532.874,40</b>	<b>908.962.913,59</b>
Transferências Correntes	2.226.452.155,00	1.966.718.200,48	259.733.954,52	Investimentos	1.291.419.805,13	383.897.413,08	907.522.392,05
Outras Receitas Correntes	232.122.521,00	207.706.978,79	24.415.542,21	Inversões Financeiras	150.222.000,00	150.219.999,46	2.000,54
(-)Deduções da Rec. Corrente	(228.022.754,00)	(214.879.628,55)	(13.143.125,45)	Amortização da Dívida	76.853.982,86	75.415.461,86	1.438.521,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>538.522.708,00</b>	<b>154.682.406,63</b>	<b>383.840.301,37</b>				
Operações de Crédito	485.054.542,00	115.715.979,32	369.338.562,68	<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA e RESERVA DO RPPS</b>	<b>71.035.402,00</b>		<b>- 71.035.402,00</b>
Alienação de Bens	51.310.166,00	33.907.946,28	17.402.219,72				
Amortização de Empréstimos	2.158.000,00	2.777.980,85	(619.980,85)				
Transferências de Capital	-	2.280.500,18	(2.280.500,18)				
Outras Receitas de Capital	-	-	-				
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>264.080.300,00</b>	<b>311.839.975,56</b>	<b>(47.759.675,56)</b>				
Receitas Correntes Intraorçamentárias	264.048.300,00	311.781.782,09	(47.733.482,09)				
Receita de Serviços	1.000,00	-	1.000,00				
Outras Receitas Correntes Intraorçamentárias	31.000,00	58.193,47	(27.193,47)				
<b>SOMA</b>	<b>5.342.355.640,00</b>	<b>4.706.909.697,24</b>	<b>635.445.942,76</b>	<b>SOMA</b>	<b>6.071.175.302,55</b>	<b>4.856.089.198,80</b>	<b>1.215.086.103,75</b>
<b>DÉFICIT</b>	<b>728.819.662,55</b>	<b>149.179.501,56</b>	<b>579.640.160,99</b>	<b>SUPERÁVIT / DÉFICIT</b>			<b>-</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>6.071.175.302,55</b>	<b>4.856.089.198,80</b>	<b>1.215.086.103,75</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>6.071.175.302,55</b>	<b>4.856.089.198,80</b>	<b>1.215.086.103,75</b>
	Carlos Leandro Ransan Contador - CRC/RS 57.935/0-0	Roberto Bertoncini Secretário da Fazenda	José Fortunati Prefeito Municipal				

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13 DA LEI 4.320/64 - EXERCÍCIO 2013**

TÍTULOS	Exercício Atual R\$	Exercício Anterior R\$	TÍTULOS	Exercício Atual R\$	Exercício Anterior R\$
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>5.836.886.197,76</b>	<b>5.419.231.678,42</b>	<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>5.986.065.699,32</b>	<b>5.478.760.052,79</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>4.240.387.315,05</b>	<b>3.937.195.986,71</b>	<b>Despesa Realizada</b>	<b>4.856.089.198,80</b>	<b>4.402.255.188,16</b>
Receita Tributária	1.526.357.657,92	1.387.934.389,96	Legislativa	116.945.079,65	105.500.669,27
Receita de Contribuições	189.396.387,51	171.468.219,61	Judiciária	25.850.412,29	21.719.918,49
Receita Patrimonial	81.242.197,57	150.808.784,46	Administração	317.538.020,96	23.235.402,51
Receita Agropecuária	190,83	-	Segurança Pública	41.073.402,18	35.891.674,74
Receita de Serviços	483.845.330,50	452.117.630,60	Relações Exteriores	254.022,40	300.960,12
Transferências Correntes	1.966.718.200,48	1.801.277.835,33	Assistência Social	169.059.782,80	150.049.735,51
Outras Receitas Correntes	207.706.978,79	185.678.499,39	Previdência Social	353.922.964,04	337.882.287,41
(-)Deduções da Rec. Corrente	(214.879.628,55)	(212.089.372,64)	Saúde	1.346.142.495,46	1.258.590.722,39
<b>Receitas de Capital</b>	<b>154.682.406,63</b>	<b>125.323.991,40</b>	Trabalho	6.339.989,20	5.895.804,74
Operações de Crédito	115.715.979,32	92.428.220,73	Educação	823.224.902,37	737.446.442,65
Alienação de Bens	33.907.946,28	23.165.026,64	Cultura	46.332.971,52	48.843.182,66
Amortização de Empréstimos	2.777.980,85	2.270.211,82	Direitos da Cidadania	13.593.094,43	12.275.473,03
Transferências de Capital	2.280.500,18	5.865.397,06	Urbanismo	177.501.966,65	129.573.367,88
Outras Receitas de Capital	-	1.595.135,15	Habituação	127.650.733,74	111.700.376,76
<b>Intraorçamentária</b>	<b>311.839.975,56</b>	<b>280.206.835,68</b>	Saneamento	808.084.422,86	856.546.699,55
Receitas Correntes Intraorçamentárias	311.839.975,56	280.206.835,68	Gestão Ambiental	60.123.943,99	53.359.149,73
<b>Interferências Ativas</b>	<b>1.129.976.500,52</b>	<b>1.076.504.864,63</b>	Ciência e Tecnologia	2.399.344,30	1.696.023,13
Transferências financeiras recebidas	1.129.976.500,52	1.076.504.864,63	Agricultura	540.613,51	617.630,85
			Comércio e Serviços	33.364.056,74	32.692.643,20
			Transporte	26.352.053,06	20.869.668,61
			Desporto e Lazer	15.246.285,75	15.407.243,71
			Encargos Especiais	344.548.640,90	198.074.215,23
			<b>Interferências Passivas</b>	<b>1.129.976.500,52</b>	<b>1.076.504.864,63</b>
			Transferências financeiras Concedidas	1.129.976.500,52	1.076.504.864,63
<b>RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA</b>	<b>10.097.915.371,12</b>	<b>8.753.807.564,76</b>	<b>DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA</b>	<b>9.973.813.253,40</b>	<b>8.745.780.455,04</b>
<b>Restos a Pagar Processados</b>	<b>122.053.517,30</b>	<b>139.637.431,21</b>	<b>Restos a Pagar Processados</b>	<b>120.494.142,87</b>	<b>118.581.710,30</b>
Restos a Pagar Processados - Executivo/Indiretas	117.701.677,50	132.716.496,85	Restos a Pagar Processados - Executivo/Indiretas	116.012.255,42	112.067.300,06
Restos a Pagar Processados - Legislativo	2.160.519,28	3.353.576,53	Restos a Pagar Processados - Legislativo	2.820.628,35	2.530.559,26
Restos a Pagar Processados - RPPS	995.314,74	955.276,91	Restos a Pagar Processados - RPPS	958.473,95	864.465,78
Restos a Pagar Processados - Serviço da Dívida	160.937,16	2.127.957,76	Restos a Pagar Processados - Serviço da Dívida	160.937,16	2.127.957,76
Restos a Pagar Processados - Sentenças Judiciais	1.035.068,62	484.123,16	Restos a Pagar Processados - Sentenças Judiciais	541.847,99	991.427,44
<b>Restos a Pagar Não Processados</b>	<b>107.147.047,08</b>	<b>116.401.604,94</b>	<b>Restos a Pagar Não Processados</b>	<b>103.478.849,21</b>	<b>121.753.357,54</b>
Restos a Pagar Não Processados - Executivo/Indiretas	101.735.286,60	113.276.246,48	Restos a Pagar Não Processados - Executivo/Indiretas	100.672.813,20	116.040.361,89
Restos a Pagar Não Processados - Legislativo	2.496.601,24	1.406.614,80	Restos a Pagar Não Processados - Legislativo	1.880.862,53	2.188.665,14
Restos a Pagar Não Processados - RPPS	357.695,83	357.280,61	Restos a Pagar Não Processados - RPPS	357.054,38	446.214,74
Restos a Pagar Não Processados - Serviço da Dívida	1.792.163,40	195.184,04	Restos a Pagar Não Processados - Serviço da Dívida	196.707,27	2.179.791,22
Restos a Pagar Não Processados - Sentenças Judiciais	765.300,01	1.166.279,01	Restos a Pagar Não Processados - Sentenças Judiciais	371.411,83	898.324,55
<b>Depósitos</b>	<b>796.906.678,64</b>	<b>637.716.572,67</b>	<b>Depósitos</b>	<b>709.251.161,39</b>	<b>626.204.351,07</b>
<b>Outras Operações</b>	<b>9.071.808.128,10</b>	<b>7.860.051.955,94</b>	<b>Outras Operações</b>	<b>9.040.589.099,93</b>	<b>7.879.241.036,13</b>
Diversos	2.094.923.516,88	1.923.691.058,44	Diversos	2.095.228.615,26	1.923.271.050,59
Contas a Pagar do Exercício	5.045.397.679,31	4.648.434.323,29	Contas a Pagar do Exercício	5.045.397.679,31	4.648.434.323,29
Créditos em Circulação	1.834.153.250,83	1.182.244.192,80	Créditos em Circulação	1.817.451.570,11	1.242.364.886,08
Acréscimos Patrimoniais	97.333.681,08	105.682.381,41	Decrécimos Patrimoniais	82.511.235,25	65.170.776,17
<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>1.086.400.120,27</b>	<b>1.137.901.384,92</b>	<b>SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE</b>	<b>1.061.322.736,43</b>	<b>1.086.400.120,27</b>
<b>Disponível</b>	<b>284.026.633,47</b>	<b>438.207.553,25</b>	<b>Disponível</b>	<b>145.136.129,83</b>	<b>284.026.633,47</b>
Caixa	46.086,97	44.182,20	Caixa	27.573,81	46.086,97
Bancos	283.784.968,13	436.488.128,23	Bancos	144.570.932,92	283.784.968,13
Investimentos RPPS	195.578,37	1.675.242,82	Investimentos RPPS	537.623,10	195.578,37
<b>Vinculado em C/C Bancária</b>	<b>802.373.486,80</b>	<b>699.693.831,67</b>	<b>Vinculado em C/C Bancária</b>	<b>916.186.606,60</b>	<b>802.373.486,80</b>
Recurso Vinculado em Caixa	1.867,99	383.983.295,59	Recurso Vinculado em Caixa		1.867,99
Bancos	331.681.803,41	315.710.536,08	Bancos	343.414.574,69	331.681.803,41
Investimentos Vinculados RPPS	470.689.815,40		Investimentos Vinculados RPPS	572.772.031,91	470.689.815,40
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>15.310.940.628,10</b>	<b>15.310.940.628,10</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>17.021.201.689,15</b>	<b>15.310.940.628,10</b>
	Carlos Leandro Ransan Contador - CRC/RS 57.935/0-0	Roberto Bertoncini Secretário da Fazenda	José Fortunati Prefeito Municipal		

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14 DA LEI 4.320/64 - EXERCÍCIO 2013**

TÍTULOS ATIVO	Exercício Atual R\$	Exercício Anterior R\$	TÍTULOS PASSIVO	Exercício Atual R\$	Exercício Anterior R\$
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>1,150,293,695.57</b>	<b>1,192,072,760.13</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>293,035,590.46</b>	<b>200,457,599.29</b>
<b>Disponível</b>	<b>145,136,129.83</b>	<b>284,026,633.47</b>	<b>Restos a Pagar Processados</b>	<b>49,187,866.50</b>	<b>47,628,492.07</b>
Caixa	27,573.81	46,086.97	Restos a Pagar Processados - Executivo/Indiretas	47,078,216.67	45,388,794.59
Bancos	144,570,932.92	283,784,968.13	Restos a Pagar Processados - Legislativo	662,361.33	1,322,470.40
Investimentos RPPS	537,623.10	195,578.37	Restos a Pagar Processados - RPPS	710,655.53	673,814.74
<b>Vinculados em C/C Bancária</b>	<b>916,186,606.60</b>	<b>802,373,486.80</b>	Restos a Pagar Processados - Serviço da Dívida	-	-
Recurso Vinculado em Caixa		1,867.99	Restos a Pagar Processados - Sentenças Judiciais	736,632.97	243,412.34
Bancos	343,414,574.69	331,681,803.41	<b>Restos a Pagar Não Processados</b>	<b>113,265,981.35</b>	<b>109,597,783.48</b>
Investimentos Vinculados RPPS	572,772,031.91	470,689,815.40	Restos a Pagar Não Processados - Executivo/Indiretas	107,573,290.95	106,510,817.55
<b>Realizável</b>	<b>88,970,959.14</b>	<b>105,672,639.86</b>	Restos a Pagar Não Processados - Legislativo	2,877,459.77	2,261,721.06
Devedores	34,915,052.93	35,980,497.86	Restos a Pagar Não Processados - RPPS	357,695.83	357,054.38
Adiantamentos Concedidos	30,750,902.35	48,953,100.59	Restos a Pagar Não Processados - Serviço da Dívida	1,772,705.19	177,249.06
Depósitos Judiciais	7,524,421.72	7,174,122.40	Restos a Pagar Não Processados - Sentenças Judiciais	684,829.61	290,941.43
Precatórios - Regime Especial	15,780,582.14	13,564,919.01			
			<b>Depósitos</b>	<b>126,311,180.42</b>	<b>38,655,663.17</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>3,272,570,894.96</b>	<b>3,309,868,393.67</b>	<b>Outras Operações</b>	<b>4,270,562.19</b>	<b>4,575,660.57</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>1,586,881,385.82</b>	<b>1,432,151,870.52</b>			
Bens Imóveis	1,761,730,935.04	1,585,720,514.98	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>1,307,809,269.77</b>	<b>1,297,936,225.30</b>
Bens Móveis	207,370,432.75	193,010,091.68	<b>Dívida Fundada Interna</b>	<b>563,220,963.53</b>	<b>502,548,438.94</b>
(-) Depreciações, Amort. e Exaustões	<b>(382,219,981.97)</b>	<b>(346,578,736.14)</b>	<b>Dívida Fundada Externa</b>	<b>148,734,266.30</b>	<b>127,678,686.10</b>
<b>Créditos</b>	<b>1,404,367,067.67</b>	<b>1,626,901,551.59</b>	<b>Diversos</b>	<b>595,854,039.94</b>	<b>667,709,100.26</b>
Dívida Ativa Tributária	1,236,372,416.41	1,226,807,257.80	Obrigações a Pagar	130,235,695.29	141,906,522.58
Dívida Ativa Não Tributária	114,066,942.51	340,630,012.43	Provisões Matemáticas Previdenciárias	465,618,344.65	525,802,577.68
Empréstimos e Financiamentos	49,385,516.08	54,399,814.12			
Créditos Diversos a Receber	<b>4,542,192.67</b>	5,064,467.24	<b>SOMA DO PASSIVO REAL</b>	<b>1,600,844,860.23</b>	<b>1,498,393,824.59</b>
<b>Valores</b>	<b>263,490,443.18</b>	<b>233,185,556.39</b>			
Participações Societárias	<b>263,490,443.18</b>	233,185,556.39	<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>2,822,019,730.30</b>	<b>3,003,547,329.21</b>
<b>Estoques</b>	<b>17,831,998.29</b>	<b>17,629,415.17</b>	Ativo Real Líquido	2,822,019,730.30	3,003,547,329.21
<b>SOMA DO ATIVO REAL</b>	<b>4,422,864,590.53</b>	<b>4,501,941,153.80</b>			
<b>ATIVO COMPENSADO</b>	<b>380,183,088.34</b>	<b>347,827,234.82</b>	<b>PASSIVO COMPENSADO</b>	<b>380,183,088.34</b>	<b>347,827,234.82</b>
Responsabilidade por Valores, Títulos e Bens	246,734,115.40	223,644,949.14	<b>Responsabilidade por Valores, Títulos e Bens</b>	<b>246,734,115.40</b>	<b>223,644,949.14</b>
Responsabilidades de Terceiros	22,980,648.32	22,982,235.34	Responsabilidades de Terceiros	22,980,648.32	22,982,235.34
Responsabilidades com Terceiros	218,581,364.96	195,541,880.69	Responsabilidades com Terceiros	218,581,364.96	195,541,880.69
Diversos Responsáveis - Em apuração	5,172,102.12	5,120,833.11	Diversos Responsáveis - Em apuração	5,172,102.12	5,120,833.11
<b>Outras Compensações</b>	<b>133,448,972.94</b>	<b>124,182,285.68</b>	<b>Outras Compensações</b>	<b>133,448,972.94</b>	<b>124,182,285.68</b>
Benefic. de Sentenças Judiciais Incluídas na LOA	85,067,372.72	85,032,580.68	Benefic. de Sentenças Judiciais Incluídas na LOA	85,067,372.72	85,032,580.68
Benefic. de Sentenças Judiciais Ainda Não Incl. na LOA	14,450,421.60	4,994,893.32	Benefic. de Sentenças Judiciais Ainda Não Incl. na LOA	14,450,421.60	4,994,893.32
Passivo Atuarial - Lei Nº 510 de 2004	33,416,886.20	33,765,486.20	Passivo Atuarial - Lei Nº 510 de 2004	33,416,886.20	33,765,486.20
Diversos	514,292.42	389,325.48	Diversos	514,292.42	389,325.48
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>4.803.047.678,87</b>	<b>4.849.768.388,62</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>4.803.047.678,87</b>	<b>4.849.768.388,62</b>
	Carlos Leandro Ransan Contador - CRC/RS 57.935/O-0		Roberto Bertoncini Secretário da Fazenda		José Fortunati Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15 DA LEI 4.320/64 - EXERCÍCIO 2013**

TÍTULOS	Exercício Atual R\$	Exercício Anterior R\$	TÍTULOS	Exercício Atual R\$	Exercício Anterior R\$
<b>VARIAÇÕES ATIVAS</b>	<b>7,659,063,354.07</b>	<b>7,976,867,117.40</b>	<b>VARIAÇÕES PASSIVAS</b>	<b>7,840,590,952.98</b>	<b>7,537,807,050.47</b>
<b>RESULTADO ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>6,171,226,110.12</b>	<b>5,895,179,224.41</b>	<b>RESULTADO ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>6,267,958,028.87</b>	<b>5,677,166,528.83</b>
<b>RECEITA REALIZADA</b>	<b>4,706,909,697.24</b>	<b>4,342,726,813.79</b>	<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>4,856,089,198.80</b>	<b>4,402,255,188.16</b>
Receitas Correntes	4,240,387,315.05	3,937,195,986.71	<b>Despesas Correntes</b>	<b>4,246,556,324.40</b>	<b>3,881,145,519.67</b>
Receita Tributária	1,526,357,657.92	1,387,934,389.96	Pessoal e Encargos Sociais	2,475,580,504.04	2,210,823,493.35
Receita de Contribuições	189,396,387.51	171,468,219.61	Juros e Encargos da Dívida	56,934,476.63	49,959,087.92
Receita Patrimonial	81,242,197.57	150,808,784.46	Outras Despesas Correntes	1,714,041,343.73	1,620,362,938.40
Receita Agropecuária	190.83	-	<b>Despesas de Capital</b>	<b>609,532,874.40</b>	<b>521,109,668.49</b>
Receita de Serviços	483,845,330.50	452,117,630.60	Investimentos	383,897,413.08	426,021,430.66
Transferências Correntes	1,966,718,200.48	1,801,277,835.33	Inversões Financeiras	150,219,999.46	29,402,559.37
Outras Receitas Correntes	207,706,978.79	185,678,499.39	Amortização da Dívida	75,415,461.86	65,685,678.46
(-)Deduções da Rec. Corrente	(214,879,628.55)	(212,089,372.64)			
<b>Receitas de Capital</b>	<b>154,682,406.63</b>	<b>125,323,991.40</b>	<b>INTERFERÊNCIAS PASSIVAS</b>	<b>1,129,976,500.52</b>	<b>1,076,504,864.63</b>
Operações de Crédito	115,715,979.32	92,428,220.73	Transferências Financ. Concedidas	1,129,976,500.52	1,076,504,864.63
Alienação de Bens	33,907,946.28	23,165,026.64			
Amortização de Empréstimos	2,777,980.85	2,270,211.82	<b>MUTAÇÕES PASSIVAS</b>	<b>281,892,329.55</b>	<b>198,406,476.04</b>
Transferências de Capital	2,280,500.18	5,865,397.06			
Outras Receitas de Capital	-	1,595,135.15	<b>Desincorporações de Ativos</b>	<b>166,168,745.43</b>	<b>105,978,255.31</b>
<b>Intraorçamentária</b>	<b>311,839,975.56</b>	<b>280,206,835.68</b>	Alienação de Bens	25,724,177.55	29,788,608.38
Receitas Correntes Intraorçamentárias	311,839,975.56	280,206,835.68	Bens Imóveis	25,396,877.55	29,563,258.38
			Bens Móveis	327,300.00	225,350.00
<b>INTERFERÊNCIAS ATIVAS</b>	<b>1,129,976,500.52</b>	<b>1,076,504,864.63</b>	Liquidação de Créditos	140,444,567.88	76,189,646.93
Transferências Financ. Recebidas	1,129,976,500.52	1,076,504,864.63	Empréstimos e Financiamentos	2,777,663.33	2,270,215.82
			Dívida Ativa	137,666,904.55	73,611,413.61
<b>MUTAÇÕES ATIVAS</b>	<b>334,339,912.36</b>	<b>475,947,545.99</b>	Outras Liquidações de Ativos	308,017.50	308,017.50
			<b>Incorporação de Passivos</b>	<b>115,723,584.12</b>	<b>92,428,220.73</b>
<b>Incorporações de Ativos</b>	<b>260,555,328.92</b>	<b>408,670,420.01</b>	Empréstimos/Financiamentos Contratados	115,723,584.12	92,428,220.73
Aquisição de Bens	260,555,328.92	408,670,420.01			
Bens Imóveis	201,423,284.19	347,366,591.34	<b>RESULTADO EXTRAORÇAMENTÁRIO</b>	<b>1,572,632,924.11</b>	<b>1,860,640,521.64</b>
Bens Móveis	59,132,044.73	61,303,828.67			
<b>Desincorporação de Passivos</b>	<b>73,784,583.44</b>	<b>67,277,125.98</b>	<b>INTERFERÊNCIAS PASSIVAS</b>	<b>537,424.67</b>	<b>1,974,448.71</b>
Amortização de Dívida de Oper. Crédito	57,839,393.87	48,517,972.00			
Outras Desincorporações de Passivos	15,945,189.57	18,759,153.98	<b>VARIAÇÕES PASSIVAS</b>	<b>1,572,095,499.44</b>	<b>1,858,666,072.93</b>
<b>RESULTADO EXTRAORÇAMENTÁRIO</b>	<b>1,487,837,243.95</b>	<b>2,081,687,892.99</b>	<b>Desincorporações de Ativos</b>	<b>833,918,794.29</b>	<b>1,127,224,291.07</b>
			Baixa de Bens Imóveis	23,685,316.31	168,424,718.62
<b>INTERFERÊNCIAS ATIVAS</b>	<b>537,424.67</b>	<b>1,974,448.71</b>	Baixa de Bens Móveis	45,878,149.77	37,151,825.77
			Outras Baixas de Valores	-	7,000,000.02
<b>VARIAÇÕES ATIVAS</b>	<b>1,487,299,819.28</b>	<b>2,079,713,444.28</b>	Dívida Ativa - Cancelamento	761,596,418.93	914,646,863.41
			Baixa de Direitos	2,758,909.28	883.25
<b>Incorporações de Ativos</b>	<b>1,072,523,948.39</b>	<b>1,660,690,804.71</b>	<b>Ajustes de Bens, Valores e Créditos</b>	<b>70,818,652.85</b>	<b>53,491,943.04</b>
Incorporação de Bens Imóveis	23,669,131.30	166,849,057.95	Desvalorização de Bens	3,351,913.87	4,962,517.98
Incorporação de Bens Móveis	4,988,441.53	2,599,319.02	Desvalorização de Títulos e Valores	31,798,007.88	17,270,207.77
Incorporação de Títulos e Valores	30,304,886.79	106,848,120.00	Depreciação, Amortização e Exaustão	35,668,731.10	31,259,217.29
Dívida Ativa - Inscrição	1,013,222,632.47	1,379,987,623.50	<b>Incorporação de Passivos</b>	<b>621,682,477.65</b>	<b>638,489,332.47</b>
Incorporação de Direitos	338,856.30	4,406,684.24	Incorporação de Obrigações	621,682,477.65	638,489,332.47
<b>Ajustes de Bens, Valores e Créditos</b>	<b>18,732,496.27</b>	<b>36,334,361.11</b>	Operações de Crédito - Em Contratos	16,156.42	119,730.02
Valorização de Títulos e Valores	18,705,011.00	36,334,309.14	Provisão	614,147,493.36	638,369,602.19
Ajustes de Créditos	27,485.27	-	Outras Incorporações de Obrigações	7,518,827.87	0.26
Outros Ajustes Patrimoniais	-	51.97	<b>Ajustes de Obrigações</b>	<b>45,675,574.65</b>	<b>39,460,506.35</b>
<b>Desincorporação de Passivos</b>	<b>378,788,452.25</b>	<b>366,682,651.28</b>	Atualização de Obrigações Internas	9,679,787.64	10,839,016.85
Desincorporação de Obrigações	378,788,452.25	366,682,651.28	Atualização de Obrigações Externas	35,599,183.12	26,399,708.06
Operações de Crédito - Em Contratos	17,945.22	117,339.73	<b>Ajustes de Exercícios Anteriores</b>	<b>396,603.89</b>	<b>2,221,781.44</b>
Restos a Pagar	27,972,859.11	23,527,336.26			
Provisão	343,374,837.28	341,036,528.60			
Encargos Patronais - RPPS	-	-			
Outras Desincorporações de Obrigações	7,422,810.64	2,001,446.69			
<b>Ajustes de Obrigações</b>	<b>17,254,922.37</b>	<b>15,862,794.88</b>			
Deflação de Obrigações Internas	69,523.14	72,791.09			
Atualização de Obrigações Externas	17,185,399.23	15,790,003.79			
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	142,832.30			
<b>DÉFICIT PATRIMONIAL</b>	<b>181,527,598.91</b>	<b>-</b>	<b>SUPERÁVIT PATRIMONIAL</b>	<b>-</b>	<b>439,060,066.93</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>7.840.590.952,98</b>	<b>7.976.867.117,40</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>7.840.590.952,98</b>	<b>7.976.867.117,40</b>
	Carlos Leandro Ransan Contador - CRC/RS 57.935/O-0		Roberto Bertoncini Secretário da Fazenda		José Fortunati Prefeito Municipal

# GLOSSÁRIO

## SIGLAS

**ASPS** - Ações e Serviços Públicos da Saúde  
**IPCA** - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo  
**FPM** - Fundo de Participação dos Municípios  
**Fundeb** - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica  
**Fundef** - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental  
**ICMS** - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços  
**IPTU** - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana  
**IPVA** - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

**IRRF** - Imposto de Renda Retido na Fonte  
**ISSQN** - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza  
**ITBI** - Imposto sobre a transmissão *inter vivos*, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos  
**MDE** - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino  
**SUS** - Sistema Único de Saúde  
**TCL** - Taxa de Coleta de Lixo

## CONCEITOS

**Ativo Financeiro:** Créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e valores numerários.

**Ativo Permanente:** Bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação depende de autorização legislativa.

**Balço Público:** Demonstrativo contábil que apresenta, num dado momento, a situação orçamentária, financeira ou patrimonial de uma entidade pública.

**Despesa de Capital:** Tem por propósito formar e/ou adquirir bens de capital de modo a contribuir para o incremento da capacidade produtiva do governo. Desdobra-se em investimento, inversão financeira e transferência de capital.

**Despesa Corrente:** Destina-se a promover a execução e a manutenção da ação governamental. Desdobra-se em despesa de custeio e transferência corrente.

**Despesa Empenhada:** Valor do orçamento público formalmente reservado (pela emissão do empenho) para compromissos assumidos com terceiros.

**Despesa Liquidada:** É a verificação do direito adquirido pelo credor de receber o pagamento. É o segundo estágio da execução da despesa, precedido do empenho e antecessor do pagamento.

**Despesa Pública:** Gasto do Estado com vista ao atendimento das necessidades coletivas e ao cumprimento das responsabilidades institucionais.

**Dívida:** Compromisso financeiro assumido perante terceiro.

**Dívida Ativa:** Créditos a receber derivados do não pagamento, pelos contribuintes, de tributos ou créditos públicos assemelhados, após apuradas liquidez e certeza.

**Dívida Consolidada Líquida:** Corresponde aos saldos das dívidas de longo e de curto prazos, deduzidas as disponibilidades financeiras.

**Dívida Fundada:** Compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou financiamento de obras e serviços.

**Excesso de Arrecadação:** O saldo positivo das diferenças acumuladas, mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício, segundo a definição do art. 43, § 3º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

**Operação de Crédito:** Obtenção de recursos mediante empréstimos pela administração pública.

**Orçamento Público:** Instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais, ensejando o objetivo estatal do bem comum.

**Passivo Financeiro:** Compreende os compromissos exigíveis cujo pagamento independe de autorização orçamentária.

**Passivo Permanente:** Compreende as dívidas fundadas e outras que dependem de autorização legislativa para amortização ou resgate.

**Receita Corrente:** Compreende operações de obtenção de recursos financeiros que se destinem, entre outras, às aplicações de manutenção e funcionamento das atividades meio e fim.

**Receita Corrente Líquida:** É o somatório das receitas tributárias municipais, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, exceto a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e as receitas provenientes da compensação financeira.

**Receita de Capital:** Compreende as receitas provenientes da conversão de bens e direitos em espécie, do recebimento de amortizações de empréstimos anteriormente concedidos e da contratação de empréstimos a longo prazo e outros.

**Restos a Pagar:** Despesas empenhadas, mas não pagas, até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas (despesas empenhadas e liquidadas) das não processadas (despesas apenas empenhadas e aguardando a liquidação).

**Resultado Nominal:** Representa a diferença da dívida consolidada líquida até o exercício, em comparação ao ano anterior. Quanto maior for o valor negativo de resultado nominal, maior será a redução no estoque da dívida do município.

**Resultado Patrimonial:** É a diferença obtida entre o Ativo Real (Ativo Financeiro + Ativo Permanente) e o Passivo Real (Passivo Financeiro + Passivo Permanente).

**Resultado Primário:** Corresponde à diferença entre as receitas e as despesas não financeiras.

**Subvenção Social:** Recursos transferidos a instituições públicas ou privadas, de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa.

**Superávit Orçamentário:** É a diferença entre a receita arrecadada e a despesa empenhada.

**Superávit Financeiro:** Diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais e as operações de créditos a eles vinculados.

# EXPEDIENTE

**Publicação da Prefeitura de Porto Alegre**  
**Secretaria Municipal da Fazenda (SMF)**

**Conteúdo:** Controladoria-Geral do Município

**Edição:** Assessoria de Comunicação Social SMF

**Fotografia da capa:** Divulgação / PMPA

**Planejamento gráfico e editoração eletrônica:** Centro

**Tiragem:** 400 exemplares

**Impressão:** Ideograf Gráfica e Editora



**PREFEITURA  
PORTO  
ALEGRE**

**Secretaria da Fazenda**

Av. Siqueira Campos, 1300 | 4º andar | CEP 90010.907  
[www.portoalegre.rs.gov.br](http://www.portoalegre.rs.gov.br)

**Loja de Atendimento (das 9h às 16h)**

Travessa Mário Cinto Paus | CEP 90010 901  
(51) 3289.0140 | (51) 3289.1540